



HAL
open science

Uma introdução aos estudos científicos sobre a sexualidade: Atitudes, comportamentos e práticas sexuais

Germano Vera Cruz

► **To cite this version:**

Germano Vera Cruz. Uma introdução aos estudos científicos sobre a sexualidade: Atitudes, comportamentos e práticas sexuais. 2018. hal-03221706

HAL Id: hal-03221706

<https://hal.science/hal-03221706>

Submitted on 12 May 2021

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

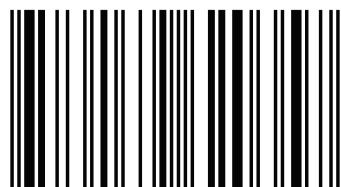
L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Introdução aos estudos científicos sobre a sexualidade

Na esperança de oferecer aos estudantes e ao público curioso uma síntese de estudos sobre a sexualidade realizados desde o século XIX aos nossos dias, os objectivos deste livro são: Primeiro, expor os fundamentos epistemológicos e históricos que acompanharam o nascimento e o desenvolvimento da ciência da sexualidade, bem como explicar as diferentes abordagens teóricas subjacentes. Segundo, apresentar uma revisão de estudos realizados em diversos países sobre as atitudes e os comportamentos sexuais. Terceiro, apresentar pesquisas realizadas pelo autor sobre as atitudes e os comportamentos sexuais. O nosso propósito, neste caso, é de apresentar, de maneira resumida, os objectivos dessas pesquisas, a metodologia utilizada e os principais resultados alcançados.



De nacionalidade francesa e moçambicana, Germano Vera Cruz é professor de psicologia social e de saúde pública. Trabalha/trabalhou na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), na Universidade de Toulouse II (França), e na Universidade de Québec em Montreal (Canada). É também jornalista e escritor.



978-613-9-62035-7

Estudos científicos sobre a sexualidade

Vera Cruz



Germano Vera Cruz

Introdução aos estudos científicos sobre a sexualidade

Atitudes, comportamentos e práticas sexuais

 Novas Edições
Acadêmicas

Germano Vera Cruz

Introdução aos estudos científicos sobre a sexualidade

Germano Vera Cruz

**Introdução aos estudos científicos
sobre a sexualidade**

Atitudes, comportamentos e práticas sexuais

Novas Edições Acadêmicas

Imprint

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: www.ingimage.com

Publisher:

Novas Edições Acadêmicas

is a trademark of

International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page

ISBN: 978-613-9-62035-7

Copyright © Germano Vera Cruz

Copyright © 2018 International Book Market Service Ltd., member of
OmniScriptum Publishing Group

All rights reserved. Beau Bassin 2018

Germano VERA CRUZ

Introdução aos estudos científicos sobre a sexualidade

Atitudes, comportamentos e práticas sexuais

Ao meu grande amigo suíço, Dominique Buff.

Jamais conseguirei agradecer, suficientemente, a confiança que ele sempre teve em mim.

Há coisas que não têm preço: a confiança é uma delas.

Índice

Prefácio	7
Introdução	17
Atitude	
Atitude e comportamento	
Atitudes sexuais	
Comportamentos sexuais	
Relação entre atitude e comportamento sexual	
Capítulo I	
Discurso e ciência da sexualidade	29
Discurso sobre a sexualidade	
Origem e desenvolvimento da ciência da sexualidade	
Teorias que dominaram os estudos sobre a sexualidade: essencialismo e construtivismo social	
Capítulo II	
Estudos sobre as atitudes e os comportamentos sexuais	63
Gênero, atitude e comportamento sexual	
Idade, atitude e comportamento sexual	
Crença religiosa, atitude e comportamento sexual	
Gênero, idade, crença religiosa, atitude e comportamento sexual	

Capítulo III

Atitudes, comportamentos sexuais e etnicidade..... 78

Capítulo IV

Atitudes e comportamentos sexuais em Moçambique..... 81

Pesquisas sobre as atitudes sexuais

Pesquisas sobre os comportamentos sexuais

Referências..... 93

Prefácio

A sexualidade não se reduz ao coito¹

1

Começarei por dizer que o “domínio” no qual tenho vindo a desenvolver pesquisas científicas, por várias vezes, colocou-me em embaraço. Tanto mais que, de carácter, sou tímido e reservado.

Com efeito, quando as pessoas descobrem a minha especialidade (a sexualidade humana), de um ou do outro lado do Mediterrâneo, tendem a fazer comentários que a reduzem à “foda”.

“E então, como fodem os africanos? Quem fode melhor, os africanos ou os europeus?”. Perguntam-me.

Assim, parece-me útil realçar, no início desta dissertação, que a sexualidade, tal como a concebo, não se resume ao coito.

A sexualidade não se resume à “foda”. Digo mais: não existe um povo que fode melhor que um outro.

Porque a sexualidade não é uma questão de “técnica”, tal como o pensa muita gente, sobretudo os homens. A sexualidade é uma questão de dinâmica interpessoal, uma dinâmica de vivências interpessoais, uma dinâmica de consciências e inconscientes interpessoais.

Naturalmente, não existe uma receita para “fazer melhor”. Sendo cada indivíduo um caso particular. A única receita, talvez seja a compreensão

¹ Este texto, inicialmente escrito em francês, é uma parte de uma dissertação feita no Centro Cultural Franco-Moçambicano (situado em Maputo, Moçambique) aquando da apresentação, aos estudantes de Língua e Civilização Francesa, do meu livro sobre a sexualidade humana publicado na França em 2007.

mútua e o facto de se ter em conta o desejo do parceiro. O que se consegue, em certos casos, imediatamente, espontaneamente; ou então, através de uma construção interactiva mais ou menos longa.

2

Certas pessoas dizem (muitas vezes mais por aptidão retórica que por convicção, mais por mimetismo verbal que por consciência clara do que se diz) que o principal órgão sexual é o cérebro.

Isso lá é verdade. Na condição de precisar que é do dinamismo psíquico de que se fala; o nosso cérebro sendo muito mais que a soma total dos seus neurónios e das substâncias químicas que o fazem funcionar.

Irei mais longe. De facto, o principal órgão sexual dos seres humanos é a sociedade! Quer dizer, as nossas atitudes e os nossos comportamentos são estabelecidos e definidos pelas estruturas sociais que em grande parte dão origem às estruturas psíquicas.

(Efectivamente, as estruturas sociais e as estruturas psíquicas estão numa relação dinâmica, co-agem, inter-agem, estão numa relação dinâmica criativa, criadora, em constante devir. Trata-se, pois, de uma inter-acção fundadora, inter-fundadora. Elas se dão nascença mutuamente).

É a sociedade (uma determinada sociedade) que define, no vasto campo da sexualidade humana, os pontos a privilegiar, o que é permitido, proibido; o que é normal e o que não o é: É a sociedade que estabelece, por exemplo, as diferentes etapas (e modalidades de acesso) a observar na vida sexual dos seus indivíduos, tais como a iniciação, o casamento, a procriação, etc.

É a sociedade, teórica ou praticamente, que gere a sexualidade dos indivíduos através das suas instituições de educação, de controlo e de

sanção, tais como a família, a rede educativa oficial ou informal, as leis escritas ou pressupostas.

Assim, cada indivíduo, e para ser mais preciso, cada *consciência* assimila a “moral sexual” da sua sociedade à sua maneira. Isto significa que, a partir da “sexualidade da sua sociedade”, cada indivíduo constrói a sua própria sexualidade.

Este processo de *construção sexual*, que começa logo na primeira infância (até aos 4 ou 5 anos, as potencialidades já estão fixadas) não é um processo consciente. Quer dizer que ele não se faz a partir de escolhas conscientes.

Uma série de escolhas é feita, decerto. Mas, essas escolhas fazem-se de maneira “aleatória”, inconsciente. Não somente porque as escolhas feitas pela criança (e que, geralmente, não mudarão, que quer que venha a acontecer na adolescência ou na vida adulta²) fazem-se sem compreensão, mas também porque essas escolhas se fazem ao acaso das circunstâncias familiares e sociais vividas pela criança. (Aqui está, dizem os filósofos existencialistas, Sartre, Camus, Heidegger, uma das coisas que torna a vida trágica).

Assim, porque a escolha é geralmente “aleatória”, “inconsciente”, naturalmente ela nem sempre vai ao encontro da moral social. Ela nem sempre coincide com o que é comunalmente recomendado, aceite. (Aqui

² Este tipo de escolhas, como muitas outras feitas durante a infância, dificilmente mudam ao longo do tempo, por uma razão ao mesmo tempo simples e complexa: Não se pode fazer com que o que se viveu não tenha acontecido. Se escolhermos “isto” foi ao fim e ao cabo de um “processo”. E como esse processo ficou, de certa forma, registado de maneira indelével no nosso cérebro e no nosso sistema psíquico, ele não somente não se pode apagar, mais também é impossível fazer com que ele não tenha existido. Para mudar a escolha, tinha de se mudar ou apagar o “processo” que a precedeu, o que, como vimos, é geralmente impossível. Felizmente, a defeito de mudar completamente, um indivíduo pode adaptar-se, através de um processo de *reeducação psicológica ou psicossomática*.

está, dizem ainda os existencialistas, ao mesmo tempo a sorte e o azar dos seres e das sociedades humanas: Nada é incontornável!).

As coisas estão, desde o início, abertas: E tal é, ao mesmo tempo, o drama e a chance da Humanidade.

O resultado é que, ao fim e ao cabo, em matéria de sexualidade individual, qualquer que seja a sociedade, a normalidade não é senão teórica, quer dizer, aparente. E não somente as circunstâncias do exercício da *nossa* sexualidade não dependem unicamente de nós, mais ainda somos guiados por cordéis que muitas vezes nos escapam: que escapam à nossa própria compreensão. A sexualidade é o domínio do *inconsciente* por excelência; e isto por razões tanto biológicas (hormonais, fisiológicas) e sociais (estruturas de controlo trans-psíquicas montadas pela sociedade).

3

Tomando em consideração o que acabamos de dizer, e na medida do que é possível, o método científico ou por outra, o pesquisador não se deve deixar influenciar, nem num sentido como outro, pela moral social (permitido, proibido; bom, mau).

Com efeito, a missão do pesquisador, aqui como em outras circunstâncias, é de, numa determinada sociedade (ou indivíduo), debelar *constantes, factos recorrentes*.

Disse, é verdade, que cada indivíduo assimila a cultura sexual dominante (e a menos dominante) de uma maneira que lhe é particular. Todavia, tão diferentes sejam eles (os indivíduos de uma mesma sociedade), posto que vivem sob o jugo de mesmas instituições (sexuais), de uma mesma cultura (sexual), porque, por assim dizer, fizeram todos a sua escolha aleatória no mesmo cesto, mamaram do mesmo “seio materno”, pode-se

encontrar nas suas atitudes e nos seus comportamentos aspectos recorrentes. Aspectos e factos esses muitas vezes invisíveis à “olho nu”. É o trabalho do pesquisador, correctamente treinado, de os debelar.

4

Este trabalho do pesquisador, sobretudo se ele é feito numa perspectiva comparativa (inter-cultural), de comparar atitudes e comportamentos de indivíduos de sociedades diferentes (como é o caso das pesquisas que tenho vindo a realizar), deve tomar em conta os seguintes elementos:

As culturas humanas não são organismos fixos, puros, monolíticos. São *processos*. As culturas são não somente organismos dinâmicos, em evolução, em constante devir, como a vida ela mesma, elas são também organismos “trans-génicos”, resultado de várias contribuições, miscigenações, por assim dizer.

Daí que, a separação que fizemos, nos nossos estudos sobre a sexualidade, entre *sociedade moderna* e *sociedade tradicional* é, em grande parte, operatória; em todo caso, válida no contexto de uma análise discriminante.

Pois, muitas sociedades são modernas por um lado, tradicionais, por outro. Algumas delas são modernas ou tradicionais com tranches mais ou menos largas de tradicionalidade ou de modernidade, no seio delas. Outro aspecto a ressaltar é a existência de etapas de modernização, etapas também de tradicionalidade. Nos nossos dias, fala-se mesmo de *post-modernismo*, para certas sociedades, ou certos elementos destas. Como outrora falava-se de sociedades primitivas ou atrasadas.

Mas, porque temos que operacionalizar, definir: O que faz a modernidade ou a tradicionalidade de uma sociedade?

Noto, para começar, que todas as sociedades, modernas ou tradicionais, são compostas de um conjunto de instituições que estruturam a vida social; que estruturam o comportamento e a vida dos indivíduos, que mediatizam a relação não somente entre os seus membros mas também entre os seus diferentes organismos (presente, passado e futuro / vertical e horizontal / divino e secular) que compõem a vida social / societal.

Modernas e tradicionais confundidas, as principais instituições sociais são: a *Língua*, que estrutura o pensamento e veicula a cultura. (Não é por acaso que quando se quer colonizar culturalmente um determinado povo começa-se por ensinar-lhe a sua língua, proibindo-o de falar a dele; ou, o que é a mesma coisa, fazemo-lo admirar a nossa língua e desprezar a dele. Isto explica também porquê nós conhecemos melhor os ocidentais que eles a nós. De facto, nós falamos as línguas deles, e eles pouco falam as nossas. Temos acesso à maneira deles de pensar, e eles muito dificilmente têm acesso à nossa *maneira tradicional de pensar*).

Outras instituições sociais importantes: a *Família* (ou *Clã*) que, a primeira, inculca, gere e estrutura as atitudes e os comportamentos dos seus membros; o *Estado* (com as suas sob-instituições anexas) que, geralmente, administra a vida colectiva.

É o tipo, a fisionomia, o carácter das principais instituições existentes que determinam a modernidade ou a tradicionalidade de uma sociedade.

Exemplos. Nas sociedades puramente tradicionais, a língua é essencialmente oral, a família é larga (clã) e as figuras de Pai e Mãe não são pessoas determinadas, mas sim funções que podem (e são) exercidas por

outros membros do clã. Enfim, o Estado é neste caso sumário e não possui um forte poder coercivo.

Nas sociedades modernas, a língua é falada e escrita. Sendo que a escrita tem maior valor (jurídico, notavelmente). A família é reduzida, a “família burguesa”, como a designam, lembrando assim o seu suposto meio de origem (Pai, Mãe, Filho: com um forte apreço exclusivista entre eles. E sabemos, através de mundos e maravilhas, descritas principalmente por Freud, por que vicissitudes e peripécias este triângulo serrado afecta a sociedade!). O Estado é omnipresente, onnipotente, complexo. E com um poder disciplinar, regulamentar, jurídico coercivo.

Tais são as principais diferenças entre as sociedades modernas e as sociedades tradicionais. É preciso ajuntar ainda estas: Nas sociedades modernas, os *links* sociais são distensos, com um maior individualismo. Laços sociais fortes, espírito de grupo, colectivismo, sendo características das sociedades tradicionais.

Claro que, nos dias que correm, quase nenhuma sociedade conhecida é inteiramente tradicional. Tal é o resultado das expedições marítimas europeias iniciadas por Vasco da Gama, em 1497. Sim. Parece que existe ainda uns bocados de sociedades vivendo no “estado de natureza”, segundo a consagrada expressão de Rousseau, em algumas ilhas do Pacífico sul. Mas por quanto tempo ainda?

Como dizíamos, certas pessoas falam já de sociedades post-modernas. É o caso, nos dizem, de sociedades multi-linguísticas, multi-culturais, com a predominância de famílias ditas de-compostas ou re-compostas; um Estado diluído pelo extremo individualismo dos membros e pelos sub-Estados que representam interesses particulares a certas classes ou corporativismos!

Seja como for, um dos objectivos do nosso estudo é comparar as atitudes e os comportamentos sexuais de (entre) indivíduos de uma sociedade moderna (a sociedade francesa) e de uma sociedade que o é menos (moçambicana). Bem entendido, a sociedade moçambicana não é puramente (unicamente) tradicional. Trata-se de uma sociedade, digamos, menos moderna que a sua congénere francesa.

Paremos um instante. Distingamos a *atitude* do *comportamento*. Para fazer simples, porque trata-se aqui de vulgarização, o comportamento é o que fazemos ou o que se faz. A atitude é o que pensamos (opinião) do que fazemos ou do que se faz. Assim, a atitude e o comportamento nem sempre combinam ou estão em sintonia. A atitude e o comportamento de um indivíduo, face a um estímulo, podem contradizer-se (o que, em parte, explica o famoso: faça o que te digo e não o que faço).

Às vezes, mesmo, há um mundo por atravessar para passar da atitude ao comportamento. Que isso seja verdade, as terríveis dificuldades encontradas pelas campanhas de luta contra o HIV/SIDA (no que diz respeito à mudança de comportamento), especialmente em África, o provam suficientemente.

Terminemos esta dissertação voltando, como o Zaratrusta nietzschiano, sobre os nossos passos:

Si a sexualidade não se reduz ao coito, então o que é? Que será este “bicho-de-sete-cabeças”?

Para responder, permitam-me evocar aqui a recordação de uma leitura que me é particularmente preciosa.

Jacques Lacan, psiquiatra e psicanalista francês, desencantado, perguntava-se no fim da sua vida. “Que nos resta, depois da desilusão da

revolução? Que nos resta, quando voltamos de uma batalha perdida, que atiramos as armas ao chão, cansados, resignados? O que nos resta?”.

E ele respondia, com aquela maneira dele teatral e bárbara de cortar os nós górdios: “O desejo de outrem (*le désir de l'Autre*)!”.

Pois bem. A sexualidade é o desejo de outrem. O desejo do próximo.

Um outro intelectual francês, o filósofo Jean-Paul Sartre, o tinha, ele também, profundamente compreendido. Com efeito, Sartre, na sua linguagem bem própria, dizia que o “ser-para-outrem (*être-pour-autrui*)” está sempre imbuído de desejo sexual. Ora, segundo Sartre, o Homem é essencialmente um “ser-para-outrem”, quer dizer, um “desejo de outrem”.

Não fiquemos por aqui. O que é, então, esse desejo de outrem?

Não tendo muito tempo para discorrer a belo prazer, que nos seja permitido liquidar o indigna, à maneira lacaniana.

7

O desejo de outrem é o desejo de se fecundar, desejo de se reproduzir, desejo de comunicar, de se multiplicar, de se perpetuar: Desejo de existir, ou tão simplesmente, de VIVER.

Assim, seria preciso reescrever o Cogito. “Penso, então sou (*Je pense, donc je suis*)”(Descartes). Doravante, é preciso dizer: “Desejo, desejam-me, então existo (*Je désire, je suis désiré, donc je suis*)!”.

O desejo de outrem é, para evocar a palavra mágica, a *Transferência* (*le Transfer*). O acto sexual, no sentido largo ou estreito do coito, é um acto de *transferência*, é um acto de fecundação, de comunicação, de comunhão. É uma declaração de *Amor*, quer dizer, uma declaração de VIDA!

É que a Natureza, banhada pela Cultura, fez com que não pudesse ser de outro jeito. Porque somos Seres vivos, sexuados e, acima de tudo, MORTAIS.

Germano VERA CRUZ
(especialista da sexualidade humana)

Introdução

A sexualidade foi tradicionalmente estudada pelas ciências sociais em termos de relações “de parentesco, de matrimónio, de família” (Dayan-Herzbrun, 1991) e em termos de libido pela psicanálise. Os verdadeiros estudos quantitativos e qualitativos sobre as atitudes e os comportamentos sexuais remontam apenas aos anos 40, com os trabalhos pioneiros de Kinsey (Vera Cruz, 2013, 2015a).

Na esperança de oferecer aos estudantes e ao público curioso neste assunto uma síntese de estudos realizados neste domínio, o objectivo deste livro é, por um lado, expor os fundamentos epistemológicos e históricos que acompanharam o nascimento e o desenvolvimento da ciência da sexualidade; expor ainda as diferentes abordagens teóricas que o acompanharam a partir do fim do século XIX. Por outro lado, este livro apresenta uma revisão exaustiva de estudos quantitativos e qualitativos sobre a sexualidade, em geral, e sobre as atitudes sexuais, em particular.

Ademais, este livro apresenta estudos sobre as atitudes e os comportamentos sexuais dos moçambicanos. O nosso propósito, neste caso, é de maneira resumida dar alguns exemplos de pesquisas sobre a sexualidade feitas em Moçambique, mostrando o objectivo do estudo, a metodologia utilizada e os principais resultados alcançados.

Antes de entrarmos no cerne da questão, parece-nos útil definir uma série de conceitos recorrentes ao longo desta obra. Iremos expor,

consequentemente, as diferentes problemáticas associadas aos conceitos definidos.

1. A atitude

“As pessoas têm, em geral – como cada um de nós, de resto –, posições consensuais sobre um certo número de problemas da sociedade contemporânea: é-se a favor ou contra o divórcio, o aborto, a pena de morte, a liberdade ou a laicidade do ensino (...); é-se, por razões ecológicas, contra à implantação de centrais nucleares ou, por factores económicos, a favor do seu desenvolvimento; adere-se ao programa político dos socialistas franceses ou às ideias dos conservadores franceses (...). Igualmente, as pessoas podem ter, face a certos indivíduos ou grupos sociais, sentimentos ou juízos favoráveis ou desfavoráveis: uns são hostis aos judeus, outros detestam os árabes; alguns desconfiam dos operários, outros dos patrões; mesmo as mulheres ou os jovens são objectos de disputas. São estas posições individuais, mas também partilhadas, que se estuda, em Psicologia Social, sob a designação de *atitude*”, (Moscovici et al., 1998, p.89).

A partir do vasto domínio de pesquisas descritivas (inquéritos), fundamentais (experiências), metodológicas (escalas de avaliação), o conceito de atitude foi objecto de diversas definições. Não desejamos nos perder num leque de definições que seriam, a nosso ver, tão fastidiosas quão inúteis, cingir-nos-emos apenas numa definição que nos parece satisfazer melhor o objectivo deste trabalho, aquela que exprime a atitude enquanto *atitude social*: “Disposição interna durável que subentende as respostas favoráveis ou desfavoráveis de um indivíduo a um objecto ou a uma classe de objectos do mundo social” (*Grand Dictionnaire de la Psychologie*, 1999).

1.2. Em que consiste a atitude

Em geral, os autores acordam-se sobre um único aspecto: há em toda atitude um aspecto avaliativo, e esse aspecto é central.

Mas, de forma geral, podemos distinguir três concepções diferentes e/ou complementares que se foram sucedendo ao longo dos estudos e teorizações sobre o sujeito.

O conceito mais antigo considera que toda atitude admite três componentes, nomeadamente: cognitiva, afectiva e conativa (comportamental). A componente *cognitiva* compreende as opiniões do indivíduo sobre o objecto de estudo, as associações de ideias que este objecto provoca, a relação que o indivíduo apreende entre o objecto e seus valores pessoais. A componente *afectiva* compreende os afectos, os sentimentos, os estados de humor que o objecto suscita. A componente conativa (comportamental) consiste numa disposição para agir de forma favorável ou desfavorável face a um objecto.

Embora este modelo tripartido tenha inspirado numerosos trabalhos de pesquisa, ele não foi directamente validado. Ele parece constituir mais um quadro fértil de concepções que um modelo susceptível de ser confirmado ou revogado.

Uma outra concepção consiste em definir a atitude pela sua única componente avaliativa (Eagly & Chaiken, 1993). Neste sentido, a atitude é só uma disposição global favorável ou desfavorável face a um objecto. Assim, as questões que, no modelo tripartido, versam sobre as relações internas à atitude, versam, no quadro desta concepção, sobre as relações entre atitude e crenças, entre atitude e comportamento. Em suma, segundo

este modelo, a atitude seria uma consequência das crenças do sujeito (Fishbien & Ajzen, 1975).

Num passado recente, parecia ainda aceitável a ideia que as atitudes correspondem à uma representação cognitiva relativamente estável. O que podemos qualificar como sendo a terceira concepção surgiu quando esta ideia foi questionada pelos trabalhos de Wilson (1969). Segundo este autor, o indivíduo possui uma “base de dados”, isto é, um complexo conjunto de elementos de conhecimento ou de opinião que são potencialmente associados a uma atitude. A atitude exprimida resulta então da activação momentânea de uma parte significativa desta base de dados; esta “amostra” depende de factores como o contexto, que guiam a activação por caminhos diferentes segundo os momentos. Assim, diversas atitudes parecem instáveis. Somente as atitudes frequentemente solicitadas pela situação acabam por se estabilizar e constituir uma representação cognitiva a qual o sujeito pode aceder directamente.

Resumindo, as atitudes nascem, desaparecem, transformam-se.

Os psicólogos não estão também de acordo sobre os modelos de aquisição: condicionamento clássico, condicionamento operante, tratamento da informação, aprendizagem social pela observação ou comunicação de opiniões de outras pessoas.

1.3. Medir atitudes

A atitude é por definição uma variável latente: não a podemos medir (dimensionar) directamente, mas podemos deduzí-la a partir de múltiplos índices, obtidos através da utilização de escalas de avaliação.

Estas escalas de avaliação, mais precisamente, são questionários compostos por itens junto dos quais o indivíduo inquerido é convidado a exprimir seu acordo ou desacordo (ou ainda seu grau de acordo). São estas escalas de atitude, entre as quais existem vários tipos. As mais conhecidas são as escalas de Thurstone, Likert, e a de Guttman.

As medidas apenas versam sobre dois aspectos da atitude: a direcção (carácter favorável ou desfavorável) e o extremismo (grau de aceitação ou descrença). Elas não permitem saber se a atitude mensurável é importante ou não para o sujeito, nem se ela é facilmente acessível.

2. Atitude e comportamento

2.1. Comportamento (*Behavior*)

Segundo a famosa definição behaviorista, “o comportamento é o conjunto das reacções objectivamente observáveis, que um organismo geralmente munido de um sistema nervoso executa em resposta aos estímulos do meio, os mesmos objectivamente observáveis (Watson, 1913)”.

Para além desta definição, a noção de comportamento contém para a Psicologia dois aspectos. Primeiro, um organismo animal mantém relações específicas com o seu meio; estas relações diferem profundamente das dos organismos vegetais. Segundo, *o comportamento é um conjunto de fenómenos observáveis de forma externa*. Esta última palavra introduz uma separação radical com todas as concepções anteriores, que foram concebidas por fenómenos considerados como observáveis mas, de *forma interna*, por uma espécie de atenção do próprio indivíduo. O comportamento, como todos elementos observáveis cientificamente, é um objecto de *percepção* ordinária,

externa, isto é, de uma observação sobre a qual a comunidade científica pode concordar e atrelar confortavelmente uma explicação científica. É por esta característica que a Psicologia se reúne à família das outras ciências, baseadas em observações públicas.

Como se sabe, a defesa do comportamento, como único fundamento da Psicologia científica, foi primeiramente levada a cabo com vigor nos Estados Unidos por Watson. De facto, este autor concebeu uma corrente pela qual a Psicologia foi durante muito tempo identificada, o *behaviorismo*. A corrente behaviorista apoiou-se num conjunto de observações e de conclusões feitas por Pavlov sob o nome de “psicologia da actividade nervosa superior”. Pavlov foi de facto um dos primeiros a utilizar com grande sucesso um método de observação do comportamento. Assim, durante um certo período, sob a influência do behaviorismo, a Psicologia foi definida por certos autores como “a ciência do comportamento”.

De acordo com uma outra definição, não menos célebre, a definição de Piéron, mais ancorada no seio da psicologia francesa, o comportamento é uma “maneira de ser e de agir dos Animais e dos Homens, manifestações objectivas da sua actividade global” (Siguan, 1972).

Esta definição de Piéron, que considera o comportamento como uma “manifestação da actividade global dos indivíduos”, prefigura as concepções recentes que se situam no interior da corrente da psicologia cognitiva, contestando ou atenuando o behaviorismo estrito (Siguan, 1972).

2.2. Relação atitude e comportamento

De salientar que durante muito tempo, os investigadores se interessaram em estudar as atitudes, na esperança de melhor explicar o

comportamento. Mas, uma célebre revista de questões (Wicker, 1969) mostrou infelizmente que a relação entre a atitude e o comportamento, quando ela existe, é geralmente frágil. Esta constatação obrigou os especialistas a tentar redefinir a verdadeira natureza da relação atitude-comportamento. Observou-se, por exemplo, que a “tendência geral à acção” correlativa da atitude não pode ser medida de forma fiável, senão pela observação de vários comportamentos. (Fishbein & Ajzen, 1975).

Ademais, verificou-se que as atitudes não eram os únicos determinantes dos comportamentos. A teoria mais elaborada que tentou debruçar-se sobre este problema é a Teoria de Acção Racional (*Theory of Reasoned Action*) de Fishbein e Ajzen (1975). Segundo esta teoria, o comportamento é determinado pela intenção de agir do indivíduo. Esta intenção depende de dois factores: a atitude e as normas subjectivas. Estas normas dependem da probabilidade perceptiva que certas pessoas, influentes na situação ou importantes aos olhos do indivíduo, julgam o comportamento de forma favorável ou desfavorável. Ajzen (1988) enriqueceu este modelo formulando a Teoria do Comportamento Planificado (*Theory of Planned Behavior*), que dá conta, ademais, do grau de controlo que o sujeito possui ou acredita possuir sobre seu comportamento.

As concepções de Ajzen e Fishbein, mesmo não esgotando a questão da versatilidade das relações entre a atitude e comportamento, deram lugar a numerosas pesquisas, que, no conjunto, confirmam seus modelos.

3. As atitudes sexuais

Como veremos mais a frente, a partir da metade do século XX, um certo número de pesquisas no domínio da Psicologia Social começaram a

florir, particularmente nos Estados Unidos, sob o nome de atitudes sexuais. No entanto, estes trabalhos, pelo menos estes de que temos conhecimento, não dão uma definição explícita deste termo³.

Sendo assim, pela necessidade do nosso trabalho, apegar-nos-emos a uma definição puramente operacional: as atitudes sexuais são as opiniões ou as representações, favoráveis ou desfavoráveis, positivas ou negativas, que um indivíduo ou um grupo de indivíduos têm sobre um ou diversos aspectos do comportamento sexual ou da sexualidade dos seus semelhantes (Vera Cruz, 2015b).

4. Comportamentos sexuais

Como vimos, o conceito de comportamento tem sua origem nos domínios da biologia, psicologia cognitiva e da psicologia experimental.

No entanto, é preciso notar que na maioria das pesquisas quantitativas versando sobre a actividade sexual, a noção do comportamento sexual foi sempre empregue num sentido que ultrapassa uma estrita definição behaviorista do comportamento, isto é, a “reação observável”. Ademais, um estudo das definições que foram propostas nas diferentes pesquisas – passadas e recentes – deixa evidente que o “comportamento sexual” é definido segundo critérios que variam segundo contextos e épocas (Giami, 1991).

Para Kinsey, “o comportamento sexual do homem é o resultado da sua organização morfológica e psicológica, bem como da situação a qual o levaram as suas experiências associadas ao conjunto de seres e coisas que o

³ Salienta-se o facto de certos autores francófonos no lugar de atitude sexual, utilizarem a expressão “representação social da sexualidade” (Spira, Bajos e o grupo ACSF, 1993).

envolvem (...) ele é submetido a factores biológicos, psicológicos e sociológicos mas, todos estes elementos agem simultaneamente formando um único fenómeno que não é puramente biológico, psicológico ou sociológico na sua essência” (Kinsey et al., 1953).

Para Simon, a complexidade das dimensões constitutivas do “comportamento sexual” torna difícil o estabelecimento de uma definição estrita: “em matéria de comportamento sexual, o fenómeno é tanto a reacção bioquímica elementar do neurónio quando a acção criadora mais elaborada. As interacções, as relações recíprocas e a complexidade das relações humanas e os aspectos afectivos e sexuais destas relações tornam difícil a análise do comportamento sexual” (Simon et al., 1972).

Enfim, outros autores como Lauman (1997) e seus colaboradores empregam as expressões “práticas sexuais”, “transacção sexual”, “vida sexual”, “*script* sexual”, na tentativa de definir o objecto de pesquisa, antes de se chegar à uma definição operacional da sexualidade, entendida como actividade sexual. Outros pesquisadores definiram o comportamento sexual como “toda actividade voluntária e mútua que se mantém com outra pessoa, e que implica um contacto físico e uma excitação sexual, mesmo quando a relação não se efectua” (Spira, Bajos e o grupo ACSF, 1993, p. 33). Outras pesquisas sociológicas utilizam conceitos como “conduta sexual” ou “*script* sexual” (Gagnon & Simon, 1973).

A elaboração de uma definição do “comportamento sexual” comporta, portanto, um certo número de dificuldades. Por um lado, determinar as actividades e práticas que dependem da esfera do sexual não é evidente. Por outro, reunir as dimensões corporais, psicológicas e sociológicas no mesmo conceito coloca um problema na sua articulação.

No entanto, a quase totalidade das pesquisas europeias e americanas continuam a utilizar a expressão “comportamento sexual” num sentido genérico, reagrupando o conjunto da actividade sexual de uma população. Trata-se mais de um paradigma científico que de uma referência ao que é observável.

Seguindo a definição operacional das pesquisas do grupo ACSF (Análise dos Comportamentos Sexuais em França), o “comportamento sexual” designa, no quadro deste trabalho, uma configuração compreendendo uma classificação das práticas sexuais, uma classificação do cenário e uma classificação de significados.

A saber que:

“Uma *actividade sexual* designa toda a actividade física ou mental, ligada a excitação sexual de pelo menos uma pessoa (carícia, masturbação, penetração, *minitel rose*, leitura de jornais eróticos...). Entre as actividades sexuais, distinguem-se as *práticas sexuais*, tipos de contacto corporais não necessariamente mútuos, ligados a excitação sexual de pelo menos uma pessoa (carícia do corpo, masturbação, penetração...)” (Spira et al., 1993, p. 33-34)⁴.

“Um *acto sexual* é uma actividade sexual que implica pelo menos duas pessoas e que compreende no mínimo uma prática sexual”. “Uma *relação sexual* é uma relação que liga duas pessoas que mantêm relações sexuais”. “Um *parceiro sexual* é uma pessoa com a qual tivemos pelo menos uma vez uma relação sexual”.

“Cada *cenário* apresenta-se como uma série de actividades e práticas sexuais num dado contexto com um dado parceiro; trata-se das representações que os indivíduos têm das experiências sexuais que viveram

⁴ As seguintes definições pertencem igualmente ao grupo ACSF.

ou desejaram viver assim como aquelas que eles não viveram ou não desejam viver. Práticas e actividades sexuais são organizadas em repertórios cujos elementos podem ser activados em cenas distintas, segundo a natureza da relação sócio-sexual”.

“Por *significação*, entende-se os valores e as funções atribuídas, conscientemente ou não, à actividade sexual. Segundo as situações, podemos considerar que a actividade sexual exprime um desejo de procriação, e que ela contribui para reforçar uma relação nascente, ou que ela permite a satisfação de um desejo ou de uma impulsão... Para certos indivíduos, é a ocasião de confirmar sua maturidade sexual ou seu poder social. Significações variadas e até contraditórias podem coexistir no repertório de um indivíduo. Elas evoluem em função das suas diferentes experiências e da sua natureza cultural”.

5. Relação entre atitude sexual e comportamento sexual

O que dissemos acima, a propósito da relação entre a atitude e o comportamento pode aqui ser reiterado. Todavia, para melhor ilustrar esta problemática, iremos recorrer a um exemplo concreto.

Segundo o inquérito ACSF (Spira et al., 1993) realizada em 1991-1992, somente 29% dos homens e 40% das mulheres consideravam a masturbação socialmente aceitável (para o seu próprio sexo) enquanto na prática 84% dos homens e 42% das mulheres declararam ter-se masturbado pelo menos uma vez. Portanto, vê-se que a atitude sexual não está sempre de acordo com o comportamento sexual.

Capítulo I

Discurso e ciência da sexualidade

1. Discurso sobre a sexualidade

Podemos distinguir, historicamente, três grandes procedimentos de produção do saber (“a verdade”) sobre a sexualidade.

Por um lado, existem as sociedades ditas primitivas – entre as quais estão as antigas sociedades das Ilhas do Pacífico, da Austrália, das Américas e da África Subsaariana – em que predominava o mito fundador, que descrevia a passagem de uma actividade sexual desregrada à uma sexualidade regrada, bem como a profusão de um discurso associado aos ritos de iniciação (Foucault, 1976). Com efeito, nestas sociedades a sexualidade não era vista como pertencente a um domínio particular da vida e do cosmos, mas sim como totalmente integrada na ordem social e do mundo. Por exemplo, os discursos públicos sobre a actividade sexual tinham como alvo comportamentos tabus, a abolir, não por se tratar de um simples pecado carnal, mas porque estes comportamentos eram considerados perigosos para a ordem das coisas⁵.

Por outro, existem sociedades – como a China, Japão, Índia, Roma antiga, sociedades arabo-muçulmanas – outrora dotadas de uma *ars erotica*.

⁵ Cf. Entre as obras mais célebres sobre a sexualidade destas sociedades, pode-se fazer referência a seguinte bibliografia: Margaret Mead (1935), *Sex and temperament in three primitive societies*; Bronislaw Malinowski (1968/9), *Sexual life of savages in North-Western Malanesia* e *La sexualité et sa répression dans les sociétés primitives*; Ruth Benedict (1934), *Patterns of culture*; Franz Boas (1895), *The social organization and the secret of the Kwakiutl Indians*; Henry Junod (1996), *Usos e costumes dos Bantus*.

Segundo Michel Foucault (1976), na arte erótica, a verdade sobre a sexualidade é extraída do próprio prazer, concebida como prática e recolhida como experiência; não é em relação a uma lei absoluta do permitido e do defendido, nem mesmo em referência a um critério de utilidade, que o prazer sexual é levado em conta, mas sim em relação a si próprio. “Assim constituiu-se o saber sexual que pode permanecer secreto, não por causa de uma descrença que marcaria o seu objecto, mas pela necessidade de mantê-lo mais conservado, uma vez que, segundo a tradição, a sua divulgação faria perder a sua eficácia e a sua virtude. Portanto, o relacionamento com o mestre detentor dos segredos é fundamental. Só este os pode transmitir, de forma exotérica e por meio de uma cerimónia de iniciação na qual, com uma mestria e uma severidade infalíveis, o discípulo é ensinado. Os efeitos desta arte magistral, muito mais generosos que o deixariam supor a simplicidade das suas receitas, devem transfigurar aquele sobre quem ele derrama os seus privilégios: mestria absoluta do corpo, usufruto único, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longevidade, exílio da morte e das ameaças”. (Foucault, 1976, p. 76-77).

A civilização ocidental não teve, pelo menos à primeira vista, uma *ars erotica*. Entretanto, ela foi sem dúvida a única a praticar uma *scientia sexuali*. Ou seja, foi a única a desenvolver ao longo de séculos, para a verdade sobre o sexo, procedimentos que se consubstanciam essencialmente numa forma de “poder-saber” rigorosamente opostos aos mitos fundadores, à arte das iniciações e ao segredo mágico: trata-se da confissão.

Foucault explica no seu livro *Histoire de la sexualité* que, desde a Idade Média, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os maiores rituais dos quais se esperava a produção da verdade: regulamentação do sacramento da penitência pelo Concílio de Latrão, em

1215; o desenvolvimento de técnicas de confissão que se seguiu, bem como o desenvolvimento de métodos de interrogação e de inquérito. Assim, com estas verdades confessadas, estavasse longe das iniciações ao prazer, da sua técnica e do seu mistério. Foram as sociedades ocidentais que ergueram o difícil saber sobre o sexo, não através da transmissão de um segredo, mas sim em torno da prática da confissão.

1.1. Periodização

Se quisermos centra-lo no mecanismo de gestão do corpo, o discurso sobre a sexualidade no Ocidente compreende três grandes períodos: o primeiro, situa-se entre o século XIV e fins do século XVIII. O segundo, vai desde inícios do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O terceiro, surgiu a partir de 1940.

Segundo Michel Foucault (1976) o ponto de formação do discurso sobre a sexualidade inerente ao primeiro período situa-se nas práticas penitenciárias do Cristianismo Medieval ou, ainda, na dupla série constituída pela confissão obrigatória, exaustiva e periódica, imposta a todos os fiéis pelo Concílio de Latrão, e pelos métodos particulares do ascetismo desde o século XIV.

Este discurso sobre a sexualidade que se forma a partir e como resultado destas práticas é directamente tributário da concepção, ora em vigor, de um Ser do mundo, Deus, que, pelo jogo de convenção de analogia e de simpatia, faz parte e abrange todo o ser particular. Quer dizer que se concebia então o corpo humano como um templo, uma casa, uma parte privilegiada do Ser geral: Deus e o Cosmo. "O Homem é feito à imagem de Deus". Ligação do Homem, de seu corpo e alma à ordem do mundo e de

Deus (Foucault, 1966; Vera Cruz, 2015a). Ora, este corpo está também marcado pelo pecado original. Por conseguinte o pecado da carne. O discurso sobre a sexualidade é centrado no pecado. É o que os sexólogos americanos chamaram o “*sin model*” da sexualidade (Boullough, 1995).

Este discurso sobre a sexualidade, monopólio da Igreja, dos teólogos e dos confesionários, descreve minuciosamente os pecados da carne ordenando-os numa escala de gravidade, afastando a lógica imutável da sexualidade das tradições antigas, para entrar num universo onde os actos do corpo já não estão simultaneamente de acordo com a ordem do mundo e devem ser apreciados, aprovados ou reprovados segundo os conceitos novos (licito e ilícito, conforme a natureza ou contra a natureza, activo ou passivo). Para emendar o “pecador carnal” e reintegrá-lo na ordem de Deus, importa precisar a categoria da sua gravidade de transgressão. Assim, no Ocidente cristão, os homens da Igreja tinham o monopólio do controlo, da purificação da carne e dos discursos relacionados a esta (Vera Cruz, 2015a).

Michel Foucault (1976) demonstrou que a unidade destes discursos se fragmentou no final do século XVIII e princípios do século XIX e que uma esfera autónoma da sexualidade, estrangeira aos desígnios de Deus e utilizando um vocabulário de descrição específico, tinha surgido. Este novo discurso combinou a confissão com o exame, narrações sobre si mesmo com o desabrochar de um conjunto de signos e de sintomas decifráveis; o interrogatório, o questionário cerrado, a hipnose com o reactivar de recordações, as associações livres: vários meios para reconstituir os procedimentos da confissão num campo que se pretende de observação cientificamente aceitável. E, esta nova tecnologia do sexo, sem ser realmente independente da temática do pecado, escapava essencialmente à instituição eclesiástica. Através da pedagogia, da medicina e da economia, esta

tecnologia não só tornava o sexo uma questão laica como também um assunto do Estado; melhor ainda, um factor em que o corpo social no seu todo, bem como cada um dos seus indivíduos eram chamados à autovigilância. Tecnologia nova ainda posto que ela desenvolveu-se em torno de três eixos. O da pedagogia que teve como objectivo específico a sexualidade das crianças, da medicina que teve como objectivo a fisiologia sexual própria das mulheres e, finalmente, o da demografia que teve como objectivo a regulação espontânea ou concertada dos nascimentos. O “pecado de juventude”, as “doenças de nervos” e as “fraudes à procriação” marcam deste modo os três domínios privilegiados desta ciência.

Nesta época, vemos também a implantação e predominância do que os pesquisadores americanos designaram de “*sickness model*” da sexualidade, forjado pelos médicos como forma de compreender as doenças dos seus pacientes. Entretanto, como assinalamos acima, o “*sickness model*” começou por aceitar de certa forma o “*sin model*” da sexualidade. A única diferença é que aquele (*sickness model*) definia o pecador como um indivíduo doente (Boullough, 1975).

Finalmente, nos anos 40, correspondente a aparição da terceira fase do discurso sobre a sexualidade no Ocidente, o “*sickness model*” foi suplantado pela emergência de estudos modernos sobre a sexualidade, encabeçado por Kinsey, Master e Johnson (Vera Cruz, 2015a).

2. Origem e desenvolvimento da ciência da sexualidade

Os pioneiros dos estudos de Psicologia sexual, inicialmente na Alemanha e na Áustria e mais tarde em outros países, foram médicos. Mas antes que, por volta dos finais do século XIX, com Krafft-Ebing, Hirschfeld,

Moll e Ellis, uma primeira ciência da sexualidade se desenvolva, os discursos sobre a questão puseram-se a proliferar, oriundos de diversas disciplinas. O aparecimento de uma linguagem cada vez mais específica sobre a sexualidade está associada à emergência de técnicas disciplinares de poder sobre o corpo, fundadora, conforme já o assinalámos, de uma nova ordem social. Disciplinas no duplo sentido de coação e campo do saber, a Pedagogia, Psiquiatria, Psicologia, Higiene, Medicina e a primeira Sexologia têm todas em comum, na época, o facto de procurar reger as condutas quotidianas e os comportamentos individuais a partir de enunciados que definem o normal e o anormal. As novas disciplinas são ao mesmo tempo criadoras de *corpus* de conhecimento, de *corpus* de especialistas e de novas atitudes no seio dos indivíduos (Vera Cruz, 2015a).

Michel Bozon (1999) ensina-nos que a autonomização da sexualidade como um domínio específico de pesquisa é também contemporânea ao surgimento da representação biológica contemporânea do sexo “o modelo de dois sexos”. Na antiga concepção do “sexo único”, que vigorou até meados do século XVIII, as mulheres não se diferenciavam dos homens pelo corpo, elas eram simplesmente consideradas como machos menos perfeitos, tanto física como socialmente, situadas hierárquica e metafisicamente ao nível mais baixo. Na concepção que passou a vigorar no desdobrar do século XVIII, os corpos macho e fêmea são “opostos incomensuráveis e horizontalmente ordenados” (Laqueur, 1992, p. 22) diferentes nos mínimos detalhes físicos e psicológicos.

No seu esforço de normalização, os novos discursos sobre a sexualidade adoptam um novo alvo, primeiro as crianças depois as mulheres, abandonando deste modo o alvo tradicional da moral religiosa – os casais. Obsessão do século, a masturbação do adolescente e do adulto, são

condenadas repetidamente pela medicina e pelos educadores, que a vêem como enfraquecedora do indivíduo pela perda da substância. Esta condenação tem em vista mais a implementação de uma nova atenção em relação ao próprio corpo que a impossível erradicação da prática masturbatória. Médicos e psiquiatras interrogam os seus pacientes sobre a frequência do hábito acima referido, sobre as representações psíquicas, normais ou perversas que lhes estão associadas, convidando-os assim a controlar a qualidade das suas sensações (Bozon, 1999).

Assim, a sexologia iniciante ocupa-se com tudo o que possa pôr em causa a sexualidade normal: as doenças venéreas e a perversão. Krafft-Ebing na sua obra *Psicopathia sexualis* (1886), apresenta definições e quadros das grandes perversões. As classificações bem detalhadas que são introduzidas introduzem novas espécies, definidas pelas suas práticas perversas: o sádico, o masoquista, zoófilo, o gerontófilo, inclusive o auto-monossexualista. O facto de se ter orientado o interesse científico mais para as sexualidades periféricas expandiu o horizonte da descrição destas reduzindo ao mesmo tempo o espaço relativo a sexualidade normal. Isso teve como consequência a incorporação progressiva das perversões, grandes e pequenas (da sexualidade oral à zoófila), no domínio da sexualidade, bem como a emergência da primeira especificação de identidades sexuais: por exemplo o homossexual ou o fetichista tornam-se espécies que se diferem pela sua sensibilidade sexual.

Munida de mesmas ferramentas de classificação (normal/perverso, anormal), a teoria freudiana da sexualidade (Freud, 1987, 1997) dá mais um passo em frente neste movimento da incorporação das perversões na normalidade. Por esta razão, Freud e sua psicanálise foram criticados por privilegiar a normalização. Simone de Beauvoir, por exemplo, diz que “a

psicanálise propõe um ersatz da moral: a ideia de normalidade. É certo que esta ideia é útil em certas terapias. Mas na psicanálise, em geral, ela adquiriu uma dimensão preocupante (...) se um indivíduo não reproduz a evolução considerada como normal dir-se-á que esta se interrompeu no meio do percurso, e assim esta interrupção será interpretada como uma falta, uma negação e nunca como uma decisão positiva.” (Beauvoir, 1949 p. 93; Deleuze & Guattari, 1973).

Freud defende a primazia da sexualidade na vida do indivíduo. Segundo ele, a excitação sexual desempenha um papel patogénico. Ele distingue dois traços essenciais da sexualidade humana, inteiramente intrínsecos, e que permitem dar conta deste “*pansexualismo*” no reino do recalçamento: por um lado, a ligação necessária entre a sexualidade e as representações; por outro lado, o ritmo temporal particular na “instauração” da sexualidade humana. Só podem ser repelidas para o inconsciente as representações nas quais se prende um impulso sexual. Tal como o afirma Jean Laplanche (1997), a descoberta da sexualidade na exploração psicanalítica das neuroses não é senão a actualização das representações-lembranças das cenas vividas, lembranças-ecrãs (*souvenirs-écrans*) ou fantasias (*fantasmes*) – que estão na origem do sintoma ou do sonho. Esta associação da sexualidade às fantasias não é por si uma parte contígua ou pouco específica; se a sexualidade pode nascer de um ligeiro desvio da actividade dita normal, é porque ela se introduz como um ponto que cria e expande a clivagem entre o funcionamento instintivo e o prazer sexual, clivagem essa que vai desembocar na representação fantasiástica.

Quanto ao ritmo temporal da instauração da sexualidade, segundo Freud (1987), sua particularidade inscreve-se sob forma de uma sucessão de fases: por um lado, trata-se da inscrição de um texto, sujeito a tradução,

transcrição e reinscrição num outro registo. Por outro, trata-se de etapas biológicas cujo encadeamento e respectivas relações de força seriam predeterminadas na constituição de cada um. O maior interesse da teoria de estádios é, portanto, de tecer o trâmite temporal sem o qual não se saberia implementar os efeitos da antecipação e do atraso que permitem compreender o mecanismo de recalçamento.

Função privilegiada da fantasia (*fantasme*), dialéctica temporal dos “estádios”, os dois traços essenciais da sexualidade humana autorizam a psicanálise a formular uma teoria de traumatismo e auto-traumatismo. Assim, a predisposição às perversões, isto é, a procura do prazer, transforma-se na predisposição original. Somente ao fim de um longo processo de desenvolvimento psíquico individual é que se instaura uma vida sexual normal, marcada por uma escolha do objecto heterossexual e a limitação à penetração genital (Vera Cruz, 2015a). Em cada etapa do processo podem produzir-se variações e até fixações que impedem, ou tornam incompleto o estancamento do impulso sexual e sua redução ao genital. É assim que Freud fundou, no início, o seu método de psicanálise – o processo catártico – que consiste na extracção, em trazer à superfície elementos da consciência reprimidos, e relaxar assim a tensão causada pelo recalçamento. Ao longo deste processo, que é uma verdadeira auto-confissão, o terapeuta toma realmente uma parte activa.

Os novos discursos sobre a sexualidade tomam também como alvo a mulher. No quadro do “modelo a dois sexos”, torna-se essencial estabelecer as diferentes fronteiras do normal e do anormal para os homens e para as mulheres. A atitude das mulheres face ao seu papel de mãe e ao seu papel (dominada) de esposa, torna-se pedra-angular da sua normalidade sexual. Em *Psychopathia sexualis*, o acto sexual efectuado na posição inversa àquela

considerado normal, a mulher em cima do homem, é interpretado como uma forma de masoquismo masculino ou de sadismo (ou até de homossexualismo) da mulher. Pelo contrário, o masoquismo feminino é considerado normal (“alguns elementos do masoquismo, e em particular a subordinação, poderão apenas ser considerados como patológicos na mulher”) (Krafft-Ebing, 1990). O prazer das mulheres, cuja possibilidade é ainda objecto de debate na primeira metade do século XIX, constituir-se-á como uma das grandes questões de uma nova sexologia que começa a ignorar a questão e a linguagem da normalidade sexual (Laqueur, 1992).

De 1895 a 1913, Havelock Ellis, psicólogo inglês de origem austríaca, publica uma dezena de volumes dos seus *Études de psychologie sexuelle*, onde estuda a sexualidade no seu duplo aspecto, psicológico e social. Como Freud, este parte igualmente da sexualidade primária: “regra geral, a constituição sexual de um homem penetra em todo o seu ser, ela está profundamente enraizada em si, permanente e, em larga medida, congénita” (Ellis, 1934, p. 83). Apoiando-se nos dados antropológicos, ele insiste na diversidade das experiências culturais e manifesta uma grande tolerância para com a masturbação. A sua maior preocupação, que será retomada entre as duas guerras pelos reformadores do casamento e pelos autores de manuais de educação sexual, que se vão multiplicar na Inglaterra e nos EUA, é de estabelecer a união matrimonial numa base sólida de harmonia sexual entre os cônjuges (Fassion, 1997). O grande problema do casamento nessa época era a frieza e a ausência do interesse das mulheres pela sexualidade, isto por causa da brutalidade e falta de bons modos dos homens. O ponto de vista de Ellis não é de forma alguma equitativo. Completamente oposto a que as mulheres tomem iniciativa sexual, ele propõe que, a fim de as prender ao casamento, o homem aprende a “arte de amar” e transmite-lhas com

paciência (Ellis, 1932). Os primeiros manuais de educação sexual serão, desta forma, explicitamente destinados aos homens (Jackson, 19987). Se o direito feminino ao prazer está proclamado, então é um dever dos homens, um novo dever conjugal, de o ensinar às suas mulheres.

Note-se que mesmo se Ellis parece já não se conformar com o modelo perversão/normalidade (“pareceu-me evidente, desde que comecei a estudar a psicologia sexual, e procurei fazer compreender isso, que neste caso, como em outros, devemos admitir que existem limites bastante extensos, no interior dos quais se instalam variações normais”) (Ellis, 1934, p. 167). Todavia, este autor coloca a sexualidade do lado da procriação: “Mas uma actividade sexual, que se situa inteiramente e de preferência alheia às condições em que a procriação é possível, pode ser considerada como francamente anormal; é um desvio” (Ellis, *op. cit.*).

A sexologia contemporânea, que surge nos meados do século XX com Kinsey, Master e Johnson (Bejin, 1990), retoma o prazer e o orgasmo como suas questões fundamentais (e também os obstáculos ao prazer) e o funcionamento conjugal como questão corolário. A estes dois termos do discurso sexológico contemporâneo corresponde dois modos de avaliação dos actos físicos da sexualidade, frequentes mas não sistematicamente ligados: a linguagem da investigação racional do prazer externo (Bejin & Pollak, 1977), que mede as práticas, as posições, os parceiros em termos de utilidade e de eficácia para o prazer (excitante/aborrecedor, satisfatório/frustrante), e a linguagem propriamente psicológica da comunicação conjugal (recíproca, mútua/egoísta, boa/má para o casal, tensa/insensível, etc.).

Alfred Kinsey, biólogo de formação, foi o primeiro a trazer aos estudos sobre a expressão sexual a abordagem taxionómica – isto é, um

interesse na classificação e descrição. Estes esforços iniciais começaram em 1941 na Universidade de Indiana (EUA). Kinsey desenvolveu o método de entrevista, e realizou pessoalmente mais de 8000 entrevistas (Boullough, 1998). Estes resultados, não obstante terem sido alvo de várias críticas, puseram em causa a maioria das crenças disseminadas sobre a sexualidade, incluindo a crença segundo a qual as mulheres são assexuais. Por exemplo, um total de 40% das mulheres a quem ele inquiriu teve um orgasmo no primeiro mês de casamento, 67% aos seis meses, 75% durante o primeiro ano. Apesar da controversa em torno destes resultados, esta pesquisa encorajou e influenciou a realização de muitos outros estudos posteriores sobre o orgasmo e a sexualidade feminina que tiveram lugar nos anos 1960 e 1970.

Para além da discussão lúcida que ele encetou sobre a homossexualidade, Kinsey levantou também questões que a sociedade da sua época preferia ignorar. No seu livro sobre os homens, por exemplo, ele colocou em causa a afirmação segundo a qual as relações sexuais extraconjugais colocavam sempre em risco a estabilidade do casamento. Estas pesquisas fizeram-lhe concluir que, nesta perspectiva, as relações extraconjugais ajudavam, por vezes, a estabilizar o casamento (Boullough, 1998).

Além disso, este autor é quem mais impulsionou a tendência a identificar a sexualidade à numa economia racional de produção do orgasmo (Kinsey, Pomeroy & Martin, 1948). A centragem exclusiva no prazer anda em paralelo, em Kinsey, com uma ausência total de referência à reprodução e à gravidez. O orgasmo é a finalidade, a prova da realidade profunda da sexualidade; é também a unidade que conta na actividade sexual, ainda que não revesta o mesmo significado para as mulheres (Kinsey, Pomeroy &

Martin, 1953). A simples excitação sexual, quando não alcança o seu término, é ignorada, estando associada a um comportamento ineficaz. O grande inquérito que este autor realizou nos anos 1940 nos EUA visava contabilizar nos indivíduos questionados, o número total de orgasmos atingidos (*total sexual outlet*: “saída” sexual total), e estabelecer proporções segundo a fonte de obtenção: ele indica, deste modo, a proporção do orgasmo atingido durante a relação com animais, ou durante as poluições nocturnas, ou durante os contactos homossexuais.

Master e Johnson, fundadores de uma sexologia terapêutica nos anos 1960, preocupam-se com a qualidade do orgasmo dos dois parceiros, mas fixando implicitamente uma norma mais precisa e mais restritiva da boa relação sexual. O trabalho fundador dos dois autores é uma observação laboratorial sobre as relações psicológicas de parceiros heterossexuais durante uma relação sexual habitual, de uma sessão de masturbação ou (eventualmente para as mulheres) de um coito artificial (Master & Johnson, 1966). O maior objectivo é a observação dos “ciclos completos da resposta sexual” (*complet cycle of sexual response*). A sequência descrita, que se torna a norma do objectivo do comportamento sexual a atingir, compreende uma fase de excitação mútua (por carícia ou manipulação genital), uma penetração vaginal, uma ejaculação e uma reacção do orgasmo feminino. As variantes e variações possíveis (e.g., sexualidade oral) ou outras sequências (e.g., orgasmo não ligado à penetração) não são sequer mencionadas.

No seu segundo livro (Master & Johnson, 1971), os autores descrevem o trabalho de tratamento das inadequações sexuais (*sexual inadequancy*) empreendidas na sua clínica de Saint Louis (Missouri, EUA): os pacientes tratados são quase exclusivamente casais e o objectivo era restabelecer, no seio da célula conjugal, um funcionamento sexual eficaz

(*effectiveness of sexual performance*), isto é, as sequências “completas” descritas acima. A terapia comportamental utilizada repousa largamente num princípio de “dar para receber”. Uma atenção particular é prestada às carícias no corpo, bem como às posições sexuais, avaliadas segundo a sua eficácia. A posição homem em cima da mulher não é de todo recomendada. A posição da mulher sentada, imóvel, sobre o homem é considerada como uma fase temporária, útil para retardar a ejaculação nos ejaculadores precoces. Mas, para a eficiência do orgasmo feminino, os autores consideram como preferível a posição lateral, “que não obriga um dos parceiros a suportar o peso do outro” é “incontestavelmente, a melhor (forma de fazer) quando o casal estiver (...) preparado para agir eficazmente” (Master & Johnson, *op. cit.*, p. 284).

Nesta pesquisa de “harmonia conjugal, os autores não consideraram aparentemente como desejável que a mulher conserve por muito tempo uma posição dominante: no que concerne ao acesso das mulheres ao orgasmo, o esposo toma evidentemente o papel essencial. É este, sobretudo, que pode libertar os modos de expressão da mulher” (Master & Johnson, *op. cit.*, p. 286). O acto sexual bem realizado torna-se numa forma suprema de comunicação entre o casal, e de bem-estar para cada um deles. Este hedonismo sensato, que propõe um modelo único de concretização sexual, estritamente inscrito no quadro de um casal heterossexual estabilizado e decidido a cooperar de acordo com as regras, foi o ponto de partida de uma abundante literatura de conselho e desenvolvimento de um novo corpo de especialistas – os sexólogos.

A epidemia do SIDA marcou o reaparecimento de uma linguagem mais “sanitária” nas pesquisas sobre a sexualidade. A existência de uma transmissão do HIV por via sexual fez surgir discursos, inspirados na

epidemiologia, sobre os riscos associados à sexualidade e aos meios de se proteger de tais riscos. Às campanhas que recomendam o uso do preservativo em geral, justapõem-se as campanhas mais direccionadas, nomeadamente, aos jovens, aos homossexuais e aos usuários de drogas. No final dos anos 1980 e princípios de 1990, grandes inquéritos quantitativos e vários inquéritos qualitativos são lançados sobre o comportamento sexual, que traduzem toda esta visão epidemiológica da sexualidade (Miami, 1991). A questão de numerosos parceiros e de tipos de práticas efectuadas tornam-se centrais. Questões precisas são colocadas aos inqueridos sobre técnicas de coito consideradas como portadoras de risco de contaminação elevado, como a penetração anal e, a baixo nível, a penetração vaginal; nas campanhas direccionadas aos homossexuais, o abandono da penetração a favor da sexualidade oral era, por vezes sugerido. A modificação dos comportamentos de risco e a adopção de uma protecção durante o acto sexual, eram apresentados como uma atitude racional.

3. Teorias que dominaram os estudos sobre a sexualidade: essencialismo e construtivismo social⁶

De acordo com DeLamater e Hyde (1998), no domínio da pesquisa sobre a sexualidade, poucos debates tiveram tanta intensidade quanto àquele entre o essencialismo (*essentialism*), por um lado, e o construtivismo social (*social constructionism*), por outro.

Com efeito, tentaremos especificar estas duas posições teóricas. E, para ilustrar o conteúdo particular deste debate, consideraremos duas

⁶ A discussão crítica que segue sobre o essencialismo e o construtivismo social aplicados ao estudo da sexualidade é baseada no artigo de DeLamater e Hyde (1998).

questões clássicas em pesquisa sobre a sexualidade – a atração sexual (*sexual attraction*) e a orientação sexual (*sexual orientation*) – como elas foram abordadas pelos cientistas essencialistas e pelos sócio-construtivistas. Consideraremos, por fim, a possibilidade de conjugar estas duas abordagens no domínio das pesquisas sobre a sexualidade.

3.1. O essencialismo

Definição

O conceito de essencialismo foi forjado por Platão. Ele argumentava que, por exemplo, um triângulo, quaisquer que fossem as dimensões dos seus lados ou a dimensão da combinação dos ângulos, tem sempre a forma de um triângulo e, portanto, ele é invariavelmente diferente de um círculo ou de um retângulo (DeLamater & Hyde, 1998).

Para Platão, os fenômenos da natureza não passam de simples reflexo de um número finito de formas fixas e imutáveis. A *eidélica* aqui em questão foi rebaptizada com o nome de *essência* pelos filósofos da Idade Média. Constância (*constancy*) e descontinuidade (*discontinuity*) eram as principais propriedades das essências. Isto significava que uma essência não mudava e que ela era categoricamente diferente de uma outra essência. Os essencialistas desta época pensavam que as variações eram devidas à imperfeição da manifestação das essências.

Dominando filosófica e cientificamente o pensamento no mundo ocidental, o essencialismo foi o fundamento filosófico do positivismo da filosofia do início do século XX. Esta forma de essencialismo pode receber o nome de *essencialismo clássico*.

Popper (in DeLamater & Hyde, 1998) ressuscitou o essencialismo ao incorporá-lo no discurso moderno no domínio da filosofia das ciências. Segundo este autor, o essencialismo é definido por duas doutrinas. A primeira, a “verdadeira teoria filosófica”, segundo ele, descreve as “essências” ou a “natureza essencial das coisas” como sendo “a realidade existente acima das aparências”. A segunda, considera que “por detrás de toda a dúvida razoável, os investigadores podem estabelecer seguramente a verdade intrínseca de cada coisa” (in DeLamater & Hyde, *op. cit.* p. 10-18). Ora, Popper critica esta última asserção do essencialismo: ele pensa, aliás, que as teorias não passam de simples hipóteses. Trata-se mais de conjecturas que conhecimentos.

Actualmente, no domínio das ciências sociais, especialmente em sexologia, o essencialismo tomou uma outra asserção. Em geral, os que utilizam este termo não têm em mente a noção platónica de *essência*. Com efeito, o essencialismo actual considera que alguns fenómenos são naturais, invariáveis, universais e biologicamente determinados (*Ibid*). Trata-se, desta feita, do que se pode considerar o *essencialismo moderno*. Em suma, actualmente este termo refere-se a pesquisas e a teorias que pressupõem uma base biológica – uma determinação biológica – do comportamento sexual. Ainda que, como veremos mais adiante, exista também uma teoria cultural essencialista.

Essencialismo e as teorias evolucionistas

A socio-biologia estabeleceu-se como uma tentativa de aplicação da biologia evolucionista na explicação e na compreensão do comportamento dos animais, inclusive do próprio Homem (Barash, 1977). Esta aplicação

moderna da teoria evolucionista foi inaugurada pela publicação do livro de E. O. Wilson: *The new synthesis* (1975). No seu livro *The evolution of human sexuality* (1979), Donald Symons recorre também a esta abordagem para estudar a sexualidade humana.

É importante recordar que, na sua articulação, a teoria evolucionista (Darwin, 1992) supõe que todos os seres vivos adquiriram a sua forma actual pelas mudanças graduais do seu património genético durante sucessivas gerações. Estas mudanças progressivas, segundo o evolucionismo darwiniano, são o resultado da selecção natural: um processo que favorece a sobrevivência dos animais mais adaptados ao meio ambiente. Em adição à selecção natural, Darwin coloca um segundo processo, a selecção sexual que produz as diferenças sexuais. A selecção sexual compreende dois processos: (a) os membros de um género (normalmente o masculino) entram em competição uns com os outros pelo acesso aos membros do outro género, e (b) as escolhas preferenciais dos membros pertencentes a um género (normalmente o feminino) por alguns membros do outro género (DeLamater & Hyde, *op. cit.*).

David Buss, em seu livro *The evolution of desire: Strategies of human mating* (1994), articula uma teoria evolucionista da sexualidade mais completa: a teoria das estratégias sexuais (*sexual strategies theory*). Esta teoria faz uma distinção entre as estratégias de concretização (satisfação) a curto prazo (*short-term mating strategies*) (e.g., sexo ocasional) e as estratégias de concretização (satisfação) a longo prazo (*long-term mating strategies*) (e.g., o casamento). O homem e a mulher enfrentam problemas similares de adaptação mas também problemas diferentes no que concerne às estratégias de concretização a curto e a longo prazo.

O espaço não nos permite rever todas as *nuances* destas teorias⁷. Focalizar-nos-emos, acima de todo, nos dois fenómenos amplamente discutidos pelo essencialismo e o construtivismo social e daí aproveitaremos comparar as duas abordagens teóricas. Os dois fenómenos em questão são a *atracção sexual* e a *orientação sexual*.

Atracção sexual. Quem achamos atractivo como parceiro sexual (*sexual partner*)? Qual é o macho e a fêmea ideal que preferimos (*mate-selection preferences*)? De acordo com a teoria evolucionista, a preferência que temos por um determinado tipo de parceiro é o resultado das forças evolucionistas. As preferências manifestadas servem de função de maximização da aptidão à reprodução individual e ao sucesso de seus progenitores. Vimos que os psicólogos evolucionistas fizeram uma distinção entre uma estratégia de concretização a curto e longo prazo. Eles afirmam também que a estratégia sexual a curto prazo é mais uma componente da estratégia sexual dos homens que das mulheres (Buss & Schmitt, 1993).

Segundo Buss e Schmitt (1993), os homens têm uma preferência pronunciada por mulheres férteis e, o melhor sinal de fertilidade (*best cues of fertility*) é a atracção física (*physical attractiveness*). Entre os sinais físicos de atracção efectiva, os autores citam, entre outros, a pele clara, ausência de lesões, olhos claros e cabelos brilhantes. Isto significa que uma mulher em mau estado de saúde apresenta, provavelmente, manifestações reduzidas da fertilidade e que isto se manifesta por uma aparência física pouco atractiva. As mulheres atractivas fisicamente são presumidas em bom

⁴ Para uma verificação mais ampla, ver Alleier & Weiderman (1994), "How useful is evolutionary psychology for all behavior?" in *Annual Review of Research*, 5, p. 218-156; David Buss (1998), "Sexual strategies theory: Historical origins and current status" in *The Journal of Sex Research*, 35, p. 19-31.

estado de saúde e, por inferência, mais férteis (DeLamater & Hyde, *op. cit.*). A juventude é um outro sinal de fertilidade, de valor reprodutivo e, os homens, de acordo com esta teoria, têm também uma preferência pronunciada por mulheres mais jovens comparativamente às de idade avançada.

As mulheres estão geralmente mais interessadas pela estratégia a longo prazo do que pela estratégia a curto prazo (Buss & Schmitt, *op. cit.*). Entretanto, para as mulheres, uma concretização a curto prazo pode ter uma função adaptativa. Sobretudo, esta estratégia pode permitir-lhes avaliar os méritos que o seu parceiro poderá ter na qualidade de um possível parceiro a longo prazo. Essencialmente, segundo esta teoria, as mulheres querem um parceiro a longo prazo que seja capaz de prover os recursos (e.g., dinheiro, alimentos, segurança, habitação apropriada, etc.) que possa servir para prolongar a sua progenitura nas melhores condições possíveis. Assim, as mulheres avaliam a riqueza, as perspectivas financeiras e a prodigalidade no possível parceiro. Tal como os homens, as mulheres apreciam também a aparência física como um indicador de saúde e de fertilidade; mas nestas, este é um factor menor do que o da provisão de recursos materiais para ela e para os seus filhos.

Em suma, a atracção física e a juventude são os principais traços que os homens preferem nas mulheres. As mulheres, estas, interessam-se mais pelos homens capazes de lhes proporcionar segurança e recursos materiais para sustentar as suas necessidades e as de seus progenitores bem como por homens saudáveis e atractivos fisicamente.

Orientação sexual. A orientação sexual é uma questão difícil para os teorizadores evolucionistas. Com efeito, se as forças evolucionistas são a

chave da sexualidade humana, a homossexualidade exclusivo sem reprodução alguma não deveria existir, nem mesmo o bissexualismo com uma diminuição do acasalamento reprodutivo não deveria ser favorecido. A selecção natural poderia eliminar rapidamente os indivíduos e os genes responsáveis por estas tendências. Aliás, a sócio-biologista Helen Fisher diz “suspeito que os dois factores, as hormonas e o ambiente têm efeitos importantes nas orientações sexuais dos seres humanos e dos animais” (Fischer, 1992, p. 167), o que significa que a selecção evolutiva não desempenha um papel primordial ou único.

Para explicar a persistência do acasalamento entre indivíduos do mesmo género face á pressão evolucionista, os pesquisadores que se identificam com esta teoria recorreram a vários conceitos (Dickemann, 1995). Alguns de entre estes evocaram a ideia de que o acasalamento entre indivíduos do mesmo sexo, que por consequência não visam a reprodução, persiste porque de uma maneira ou de outra estes indivíduos contribuem para a adaptação e sobrevivência da sua descendência (irmãos, sobrinhas, sobrinhos).

As teorias biológicas e as causas determinantes

Os sócio-biologistas estabelecem uma distinção entre as causas determinantes (*proximate causes*) e as causas marginais (*ultimate causes*) do comportamento sexual (DeLamater & Hyde, *op. cit.*). As causas determinantes, como por exemplo, as hormonas, têm um impacto imediato no comportamento. As causas marginais têm a ver com a evolução e os factores de transmissão de tendências hereditárias. Nesta selecção, desloca-

se a focalização para uma outra categoria da teoria das pesquisas essencialistas: as influências biológicas determinantes.

A influência da genética nos comportamentos humanos. Por exemplo, Bailey e Pillard (1991) estudaram 56 *gays* que tinham um irmão gêmeo. Estes cientistas constataram que 52% dos co-gêmeos eram também homossexuais. Bailey, Paillard, Neale e Agyei (1993) encontraram 48% de concordâncias entre as lésbicas com uma irmã gêmea.

Estes trabalhos parecem corroborar a tese de uma influência genética na orientação sexual para os homens e para as mulheres. Todavia, eles não fornecem uma prova decisiva da determinação genética porque para tal seria necessária uma concordância de 100% para os gêmeos identificados.

Os factores cerebrais. Uma outra hipótese avançada é a da existência de uma diferença neuro-anatômica entre os cérebros dos *gays* e dos heterossexuais. Muitas investigações sobre o assunto centraram-se sobre o hipotálamo e sobre os dois tecidos próximos das células nucleónicas do interior: o núcleo sexual dimorfo (*the sexual demorphic nucleus – SDN*) e o núcleo intersticial do hipotálamo anterior (*the interstitial nuclei of the anterior hypothalamus – INAH-1, INAH-2, INAH-3*) (DeLamater & Hyde, *op. cit.*). A maioria das pesquisas foram feitas em animais e mostraram-se pouco conclusivas no que concerne os seres humanos.

Hormonas. Durante décadas, muitos cientistas especularam que existia um tipo de hormona ambivalente (*some kind of hormone imbalance*) responsável pelo homossexualismo. Supunha-se, portanto que os *gays* tinham uma taxa bastante baixa de testosterona, e as lésbicas, uma taxa

bastante baixa de estrogénio ou uma taxa muito elevada de testosterona. No entanto, estudos recentes reprovaram a existência de qualquer diferença de níveis de testosterona entre os homossexuais machos e heterossexuais masculinos (Banks & Gartrell, 1995). Poucos estudos sobre as diferenças hormonais entre lésbicas e mulheres heterossexuais foram realizados. Contudo, estes estudos mostraram, mais uma vez, a inexistência de diferenças de níveis de testosterona (Downey, Erhard, Schiffman, Dyrenfurth & Beker, 1987).

O essencialismo cultural

Apesar do facto do essencialismo se referir geralmente a teses que são biologicamente determinadas, existe também um ponto de vista que defende um essencialismo cultural.

Por exemplo, num grupo de teorizadores, conhecido pelo nome de *feministas culturais*, sugeriu a ideia de que, por causa das experiências infantis universais, as mulheres são intrinsecamente relacionais, enquanto que os homens são mais autónomos e independentes. Chodorow (1978) articulou as bases deste ponto de vista ao afirmar que a proximidade inicial e o laço intenso entre a mãe e a criança é rapidamente rompido pela criança do sexo masculino, com o objectivo de criar uma identidade separada e que lhe é própria, enquanto a criança do sexo feminino continua a manter uma relação muito próxima com a sua mãe, proximidade que lhe confere uma identidade feminina. Esta capacidade dos homens de se distanciar e de ser independente e a capacidade das mulheres de manter a relação privilegiada com as suas mães persiste durante a vida e conduz a uma experiência cultural universal. Estas são vistas como capacidades ou qualidades

universais. A partir da teoria de Chodorow (1978), certos autores estabeleceram o conceito de “via moral” particular às mulheres e, por conseguinte, a noção de “maneira de conhecer própria às mulheres” (DeLamater & Hyde, *op. cit.*).

Em suma, todas estas categorias em favor do determinismo cultural postulam a existência de qualidades essenciais universais vividas durante a primeira infância entre a mãe e a criança e a relativa ausência do pai neste relacionamento prematuro.

3.2. O construtivismo social

Definição

O termo construtivismo social é largamente utilizado em ciências sociais. Ele é, muitas vezes, utilizado de forma equívoca em referência à influência social sobre a experiência individual. Todavia, ele é correctamente utilizado para designar um paradigma teórico específico. O postulado fundamental deste paradigma é que “a realidade é uma construção social” (DeLamater & Hyde, *op.cit.*). Este paradigma tem as suas raízes na filosofia e na experiência humana tal como foi proposta por Nannheim e Schutz (1973). Nas ciências sociais, este paradigma foi elaborado por Mead e Persons (1978). A apresentação mais sistemática deste paradigma encontra-se no livro de Berger e Luckmann, *The social construction of reality* (1966).

Primeiro, apresentaremos a teoria construtivista. Em seguida, falaremos da sua utilização na descrição da sexualidade humana e finalmente veremos as suas aplicações na atracção e na orientação sexual.

O paradigma construtivista

Esta apresentação é baseada na exposição de Berger e Luckmann (1966). A discussão é organizada em torno de quatro linhas principais.

Em primeiro lugar, a nossa experiência do mundo é ordenada. Nós não percebemos um caótico *mélis-mélos* de sinais, sons, aromas ou sensações. Percebemos o mundo como composto por eventos discretos e de pessoas empenhando-se em diferentes acções organizadas e ordenadas de uma certa maneira. Percebemos o mundo como uma realidade objectiva, constituído por eventos e pessoas existentes independentemente da percepção que temos deles.

Em segundo, a linguagem provê as bases à partir das quais atribuímos um sentido ao mundo. A linguagem oferece-nos categorias que utilizamos para classificar os eventos e as pessoas, bem como para os ordenar. A linguagem provê o sentido a partir do qual interpretamos as novas experiências. A linguagem ou o discurso é “o primeiro construtor do mundo” (Beger & Luckmann, 1966, p. 1).

Em terceiro lugar, a realidade do dia-a-dia é algo que se partilha com os outros. As outras pessoas percebem a realidade mais ou menos da mesma maneira, constituída por uma ordem, por eventos, por pessoas, por acções similares. Esta partilha, ou inter-subjectividade, caracteriza e distingue a realidade da vida quotidiana de realidades idiossincráticas como os nossos sonhos. A linguagem oferece a possibilidade de partilhar as experiências, de fazer com que a nossa experiência seja conhecida e compreendida pelos outros. Portanto, a realidade é um produto da interacção social (DeLamater & Hyde, *op. cit.*).

Em quarto lugar, as categorias comuns da realidade tornam-se, muitas vezes, em categorias institucionalizadas. A partilha de categorias e de eventos pelos indivíduos de uma sociedade cria um certo costume: “Ainda que teoricamente existam, se calhar, cem formas de construir uma canoa, o costume as reduz em uma só” (*Ibid*). O hábito faz com que o comportamento dos outros seja previsível, facilitando assim as actividades comuns (Berger & Luckmann, *op. cit.* p. 53). Desde que as categorias ou uma certa prática se tornam habituais, os outros esperam-nas e exigem-nas, e os mecanismos sociais de controlo são desenvolvidos para os perpetuar. A institucionalização das regras e das condutas recíprocas categorizadas pelos factores considerados em contextos específicos são de uma particular importância e significação.

A nossa discussão sobre este ponto centrou-se na experiência do mundo exterior. O que é a experiência das sensações internas desta experiência? Algumas teorias tratam disso. Umas afirmam que é a linguagem que nos fornece as categorias que utilizamos para interpretar ou dar uma significação aos fenómenos presentes no nosso interior. Outras colocam em evidência o facto de que as condutas são como subscrições agindo antes de mais a dois níveis: nos planos intra-psíquicos e interpessoais, isto é, ao nível da vida mental e das interacções sociais (Mead, 1934). Para ser completo, é preciso notar aqui que as subscrições intra-psíquicas correspondem ao conteúdo da vida mental ou interior, que são parcialmente resultantes das prescrições dos cenários culturais e das exigências da interacção, mesmo estando parcialmente independentes destes elementos.

O construtivismo social e a sexualidade

Berger e Luckman (1966) reconheceram que a sexualidade é “fundada nas bases biológicas” e que estes parâmetros biológicos fornecem o quadro geral. Mas os factores biológicos não ditam onde, quando, como, e com que pessoa se comprometer numa relação sexual: “a sexualidade é canalizada numa direcção especificamente social, mais do que biológica” (*Idid*, p.189); uma socialização que afecta directamente as funções biológicas.

O livro de Gagnon e Simon, *Sexual conduct* (1973), expõe igualmente uma teoria da sexualidade que é fundamentalmente socio-construtivista. Estes autores rejeitam o ponto de vista essencialista ao argumentar que “a sexualidade não é (a) um fenómeno que se manteve universalmente ao longo da história e ao longo dos diferentes espaços culturas” (p.15). A sexualidade é algo criado pela cultura, pela definição de alguns comportamentos (ou condutas) ou relações como “sexuais” e ela necessita da aprendizagem destas definições ou condutas pelos membros da sociedade.

Gagnon e Simon (1973) partem do princípio que não pode existir uma ciência social da sexualidade possível se não se aceitar o postulado, clássico em ciências sociais mas dificilmente admitido na prática a propósito da sexualidade, segundo o qual os comportamentos sexuais humanos não podem ser analisados como um facto de instinto, programado pela natureza, no sentido da biologia da reprodução animal. Assim, estes autores convidaram os cientistas a romper com a abordagem naturalista e biologista da sexualidade humana segundo o qual os nossos comportamentos resultariam de um conflito inevitável entre a impulso sexual (*sex drive*) e a sociedade, que funcionaria como lei e princípio repreensivo canalizando o instinto para uma forma socialmente aceitável. Com efeito, eles consideram que a ideia de que existiria um estado “natural” (essência) da sexualidade é

da mesma ordem que a crença outrora comum numa natureza humana universal e atemporal (essencialismo).

Em *Sexual conduct*, o questionamento do essencialismo em matéria de sexualidade toma a forma de uma tentativa de ultrapassar criticamente as obras de Freud e Kinsey, cujos respectivos limites são sublinhados. Gagnon e Simon (1973) reiteram, por exemplo, que Freud e a tradição freudiana foram os primeiros a colocar a questão das significações da actividade sexual, mas criticam a tendência destes autores a ver no impulso sexual um “atributo biológico fixo”: “é necessário questionar o pressuposto duvidoso (...) segundo o qual a sexualidade possuiria uma virtude que faz com que os impulsos biológicos encontrem uma expressão psicossocial e social directa, o que não o supomos para os outros comportamentos que têm uma base biológica” (p. 15). Segundo eles, Kinsey, que inventou as pesquisas empíricas no domínio da sexualidade, procura também encontrar as fontes naturais do comportamento sexual.

Gagnon e Simon (1973) pensam que em Freud, Kinsey e outros autores, o modelo teórico dominante é, portanto, o da redução da sexualidade aos impulsos. Eles propõem a passagem deste modelo, passagem essa que deve consistir em ver na sexualidade uma conduta que tem a sua origem e que pode ser explicada a partir de outros aspectos da vida social.

Em suma, estes dois autores consideram que todas as experiências sexuais são construídas como *scripts*, primeiro no sentido em que elas resultam de aprendizagens sociais, resultantes de uma impregnação pelas narrações que implicam as sequências de eventos, ou da interiorização dos modos de funcionamento das instituições. “Adquirimos, assim, não só uma performance, como em todas as aprendizagens técnicas, mas também uma

capacidade de perceber os estados do corpo e reconhecer as situações” (Gagnon, 1990, p. 3). Assim, (a) uma conduta sexual pressupõe um esquema cognitivo estruturado, sem o qual os autores não poderiam reconhecer o carácter potencialmente sexual da situação; (b) um tal reconhecimento necessita uma interação complexa entre um actor e um contexto mais do que uma simples resposta aos sinais sexuais universais; (c) que a conduta sexual encontra suas origens mais no contexto, ao invés de resultar apenas de um impulso interno. A conduta sexual é um arranjo, uma construção e não o efeito de um automatismo ou de um instinto (Gagnon, *op. cit.*).

Laws e Schwartz (citado por DeLamater & Hyde, *op. cit.*) aplicaram o paradigma social-construtivista no estudo da sexualidade feminina nos EUA. Considerando os fenómenos tais como o nascimento, a anatomia sexual, a iniciação sexual, a impotência e a frigidez, afirmam que “a primeira significação destes elementos ou eventos biológicos não é o facto de se produzirem, mas que sejam feitos pelos autores. Eles têm uma significação social; as palavras existem para os nomear e uma comunicação é produzida sobre eles” (*Ibid*). Notemos a ênfase dada à linguagem e à comunicação como as fontes do sentido e da significação dos fenómenos biológicos.

Foucault (1976) fez, sistematicamente, apelo ao paradigma do construtivismo social para estudar a sexualidade humana. Este autor afirmava que a sexualidade não era uma essência. Ela não é uma qualidade natural e biológica na qual os elementos característicos são invariáveis através do tempo e do espaço. A sexualidade é uma construção cultural, cada instituição tem o seu próprio discurso sobre a sexualidade, a sua maneira de conceber e de falar sobre a expansão de comportamentos sexuais e dos actores que participam na expressão sexual.

A atracção. Segundo a formulação social-construtivista, as nossas preferências no que diz respeito à escolha de um parceiro sexual é o resultado da socialização, da aprendizagem do universo de significação da nossa (sub)cultura. O standard sociocultural da desejabilidade reflectirá a estrutura económica e os valores culturais; a característica da divisão do trabalho doméstico da cultura em questão. Algumas características parecem receber uma preferência universal, como é o caso da atracção física, a educação e a inteligência. Outras características, como a idade e a virgindade, são mais importantes em algumas sociedades que em outras (DeLamater & Hyde, *op. cit.*).

Os essencialistas falam das preferências universais. Os construtivistas sociais argumentam que, ainda que a preferência por um parceiro atractivo possa ser universal, não existe um standard universal da atracção efectiva (Faust-Sterling, 1987). Numa certa sociedade, os homens consideram que as mulheres gordas são sexualmente atraentes, enquanto em outras, os homens são sexualmente excitados por mulheres magras.

As teorias evolucionistas explicam que a escolha preferencial de um certo tipo de parceiro obedece a um desenho reprodutor. Para testar este ponto de vista, Howard e seus colegas (citado por DeLamater & Hyde, *op. cit.*) estudaram as preferências heterossexuais de parceiros dos dois sexos (N = 4.314), de homossexuais (N = 969) e de casais de lésbicas (N = 788). Apesar do facto de alguns resultados concordarem com as perspectivas evolucionistas, a maioria não corrobora com este ponto de vista. Vários sujeitos mostraram uma forte preferência por um parceiro expressivo (afectivo, sentimental, compassivo), capaz de manter uma boa relação com outrem, bem como por outros traços que não estão directamente ligados à fertilidade.

Os psicólogos evolucionistas pensam que o homem é obcecado pela necessidade de assegurar que os filhos sejam de facto sua verdadeira descendência biológica. Segundo estes, isto explica a preferência dos homens pelas jovens virgens, nas relações a longo prazo (Buss & Schmitt, *op. cit*). Mas ainda nesta perspectiva, os dados recolhidos pelos cientistas sociais construtivistas colocaram em questão este ponto de vista. Schlegel (citado por DeLamater & Hyde, *op. cit*), por exemplo, conclui, a partir de um inquérito baseado na literatura antropológica, que o valor atribuído à virgindade no casamento esta ligado as prestações exigidas pela família da noiva em troca desta. Ela argumenta que neste tipo de sociedade a família da casada “compra” o genro para manter ou aumentar o seu estatuto social. É, portanto, segundo ela, a família da noiva, e não o noivo e sua família, que atribuem uma grande importância à virgindade.

A orientação sexual. A teoria biológica da orientação sexual supõe primeiro a existência de dois tipos distintos de pessoas, os heterossexuais e homossexuais, e que uma pessoa situa-se ou de um lado ou do outro. Se a preferência por um parceiro do mesmo género é determinada geneticamente ou devida a diferença da taxa hormonal ou da anatomia cerebral, haverá então uma semelhança entre os gays e lésbicas pertencentes a culturas diferentes. Pelo contrário, o construtivismo social constata a existência de variações substanciais nos comportamentos associados à homossexualidade e à heterossexualidade em diferentes culturas.

Além disso, como já o notámos acima, a teoria biológica da orientação sexual defende a constância da essência. Esta teoria postula assim a permanência das características essenciais do indivíduo ao longo da vida. Um indivíduo é homossexual ou heterossexual durante e por toda vida. Há

sociedades em que a orientação sexual parece ser fixa e associada a papéis institucionalizados para vida inteira; existem outras, em contrapartida, em que a fronteira entre as diferentes orientações sexuais é fluida e as pessoas passam de uma orientação à outra durante a vida. Um caso notável é da Sambia, uma etnia da Papua Nova Guiné, reportado por Herdt (citado por DeLamater & Hyde, *op.cit.*). Nesta cultura os jovens machos, são “iniciados” por um estágio de relações sexuais homossexuais exclusivas. Após o casamento, há um período em que eles têm contactos sexuais com jovens homens e com as suas mulheres. Após o nascimento do primeiro filho, eles tornam-se exclusivamente heterossexuais. Os sambianos não têm uma concepção do homossexualismo como uma orientação que deve durar por toda vida.

3.3. Crítica do essencialismo e do construtivismo social.

Dois princípios postulados da psicologia evolucionista foram criticados. O primeiro é o postulado da constância através do tempo no que diz respeito à prática sexual e à preferência do parceiro ideal para o acasalamento. Muitos cientistas encontraram documentos que mostram as diferenças existentes de uma cultura a outra, e de um período histórico a outro no que diz respeito às escolhas preferencial de um parceiro, o casamento e a expressão da sexualidade extraconjugal (Aries, 1993).

O postulado da continuidade das formas foi também posto em causa. As críticas relevaram variações existentes entre culturas diferentes e variações existentes em torno de uma mesma cultura.

O defeito do construtivismo social é que ele atribui um papel passivo ao indivíduo. Ao insistir no papel desempenhado pelos primeiros momentos

da socialização e sobre a aprendizagem da linguagem comunicativa, o construtivismo social deixa pouco espaço à iniciativa individual e à criatividade. Disto resulta o que Wrong (citado por DeLamarter & Hyde *op.cit.*) designou “sobre-socialização” da concepção de pessoa. Deve-se dizer, no entanto, que a relegação do indivíduo ao papel passivo é menos verdadeira no tocante à formulação de Berger e Luckmann (1966), bem como na de Gagnon e Simon. Uma outra fraqueza desta concepção advém do facto de, enfatizando a variabilidade dos comportamentos e atitudes sexuais, esta teoria reconhece assim a sua pobreza explicativa e o seu ínfimo poder prognóstico.

3.4. A abordagem conjunta

A tentativa de fazer uma síntese das influências biológicas e sociais numa única teoria recebeu o nome de teoria inter-accionista (*théorie interactionniste*).

Poderemos evocar aqui, a título de exemplo, as duas componentes da teoria de Berscheid e Walster (1995) sobre o amor e atracção sexual. Segundo esta formulação, o amor passionai acontece quando existem duas condições em simultâneo: (a) a pessoa está num estado de intensa excitação física e (b) a situação é tal que a pessoa recorre a um mecanismo cognitivo particular – “Amor” – pelas experiências sensoriais vividas. Um certo número de cientistas mostrou-se de acordo com esta teoria (DeLamarter & Hyde *op.cit.*).

Simplificando muito, o amor, segundo esta abordagem, é o resultado de uma excitação fisiológica (essencialismo) e de uma construção social baseada na situação (e.g., a presença de um membro atractivo) e de outros

factores. Para além do amor, outros sentimentos como o medo, a ira, etc, foram analisados nesta perspectiva.

Ao se basear numa abordagem bio-cultural para explicar e para compreender a sexualidade, o antropólogo D. Tuzin (citado por DeLamarter & Hyde *op.cit*) oferece-nos, também, um outro exemplo. As suas análises concluem, por exemplo, que o desejo sexual é um produto essencial da evolução. “O desejo sexual é um forte impulso que, desde a sua aparição, conduziu as pessoas à arriscar as suas vidas, a abandonar as suas famílias ou a renunciar à sua reputação para o exprimir e o satisfazer”. Mas, a expressão deste mesmo desejo sexual é constrangido e enquadrado pelos factores situacionais e as exigências socio-culturais que indicam qual deve ser o parceiro apropriado, quem se pode revelar um parceiro perigoso, e assim por diante. Em suma, mesmo que o desejo sexual seja um impulso biológico, a sua expressão é construída socialmente.

Capítulo II

Estudos sobre as atitudes e os comportamentos sexuais

As atitudes e os comportamentos sexuais (*sexual attitudes and behavior*) foram objectos privilegiados de pesquisa em ciências sociais depois que Kinsey, Pomeroy e Martin (1948) iniciaram e legitimaram os estudos empíricos sobre a sexualidade. Desde essa época, os pesquisadores têm explorado aspectos da sexualidade como a permissividade sexual (*sexual permissiveness*), a sexualidade pré-marital (*premarital sexuality*), a contracepção (*contraception*), as práticas sexuais específicas (*specific sexual practices*) e o desejo sexual (*sexual desire*) (Hendrick & Hendrick, 1985).

Todavia, a permissividade sexual e a sexualidade pré-marital são dois aspectos que suscitaram maior interesse da parte dos cientistas. Os estudos sobre a permissividade sexual procuram saber até onde as pessoas podem ir na prática e na expressão da sexualidade, e qual é o ponto de vista que os indivíduos têm sobre o facto de alguém ter vários parceiros sexuais. O estudo deste factor, que começou com os trabalhos empíricos e teóricos de Reiss (1964, 1967), prosperou rapidamente. Ademais, uma parte destas pesquisas debruçou-se sobre o aumento da permissividade sexual nos anos 1960 e 1970 (e.g., Walsh, Ferrell, & Tolone, 1976), e desenvolveram-se teorias que pretendiam explicar esta progressão (e.g., Kelley, 1978; Libby, Gray, & White, 1978; Reiss, 1982). A sexualidade pré-marital envolve as práticas sexuais antes do casamento. Ela é o segundo factor que maior interesse suscitou da parte dos pesquisadores da Psicologia sexual. MacCarquodale e Delamater (1979) verificaram por exemplo que para certos

indivíduos uma grande prática da sexualidade pré-marital ia de encontro com uma grande autoestima e uma apreciação positiva do seu corpo. Para explicar as atitudes e os comportamentos sexuais pré-maritais a partir de aspectos relacionais, D'Augelli e D'Augelli (1977) colocaram em evidência um modelo de desenvolvimento cognitivo ligado à sexualidade.

Alargando seu domínio de pesquisa, os cientistas sociais exploraram outros aspectos da sexualidade e analisaram suas relações mútuas. Jurich e Jurich (1974) mostraram a existência de uma forte correlação entre a moral cognitiva e a norma sexual predominante. Jessor, Costa, Jessor e Donovan (1983) utilizaram dados psicológicos longitudinais para sustentar a existência de uma relação entre as características da personalidade individual o comportamento sexual dos indivíduos. Muitos outros estudos focalizaram-na influência das crenças religiosas sobre os comportamentos e as atitudes sexuais (e.g., Glenn & Weaver, 1979; King, Abernathy, Robinson & Balswick, 1976; Mahoney, 1980; Martin & Westbrook, 1973), a sexualidade no contexto da relação interpessoal íntima (e.g., Peplau, Rubin & Hill, 1977), a culpabilidade ligada a sexualidade (*sexual guilt*) (e.g., Mosher, 1979; O'Grady, Janda, & Gillen, 1979), a ansiedade sexual (e.g., Leary & Dobbins, 1983) e a sexualidade na adolescente (e.g., Byrne & Byrne, 1977; Byrne & Fisher, 1983; Hopkins, 1977). As diferenças culturais ou étnicas ao nível da permissividade e da sexualidade pré-marital foram igualmente um importante domínio de pesquisa em Psicologia social (e.g., Luckey & Nass, 1969; Perlman, Josephs, Hwang, Begum, & Thomas, 1978). Os resultados destes estudos indicaram, com efeito, a existência de diferenças culturais (por exemplo, os estudantes europeus revelaram-se sexualmente mais abertos que seus homólogos da América do Norte), assim como algumas diferenças culturais de atitudes e comportamentos sexuais entre os dois

sexos. Lembremos que, além disso, Reiss (1986) realizou estudos sobre as diferenças/similaridades culturais no domínio da sexualidade. No entanto, as pesquisas neste sector continuam ainda insuficientes e, como observam Hendrick e Hendrick (1987b), será preciso efectuar um maior número de pesquisas empíricas para que seja possível tirar conclusões gerais sobre as diferenças culturais de atitude e do comportamento sexual.

Mesmo se a natureza multidimensional dos factores e das variáveis que influenciam as atitudes e os comportamentos sexuais tornam impossível a sua descrição ou explicação simplificada, certos domínios da pesquisa sobre sexualidade foram expostos de maneira mais ou menos sistemática. Neste capítulo, pretendemos, assim, expor de forma sucessiva, as pesquisas feitas em quatro destes domínios, a saber: as diferenças de atitude sexual existentes entre homens e mulheres (1), as diferenças de atitude sexual existentes entre as diferentes faixas etárias (2), as influências das crenças religiosas sobre as atitudes sexuais (3) e os efeitos da idade, do género e das crenças religiosas sobre as atitudes sexuais (4). Cada um destes quatro domínios será articulado em torno de dois aspectos clássicos na pesquisa sobre as atitudes e os comportamentos sexuais – a permissividade e as práticas sexuais pré-maritais – segundo a metodologia explorada e frequentemente empregada pelos pesquisadores.

1. Género, atitude e comportamento sexual

1.1. De 1948 a 1985

O interesse científico para com as similaridades e as diferenças entre os dois sexos começou com os trabalhos pioneiros de Kinsey et al. (1948) que

revelaram, aliás, vários resultados interessantes, como por exemplo a influência conjunta do género e do nível de educação dos indivíduos sobre a permissividade e as práticas sexuais pré-maritais. Estudos feitos dentro da população estudantil nos Estados Unidos (Jurich & Jurich, 1974; Mercer & Kohn, 1979) e os estudos comparativos levados a cabo em vários países ocidentais (e.g., Luckey & Nass, 1969) mostraram que as mulheres tinham, em geral, atitudes e comportamentos sexuais mais conservadoras que os homens. Com efeito, a crença segundo a qual a sexualidade feminina era mais conservadora que a dos homens era largamente aceite entre os pesquisadores, pelo menos até aos 1970.

A partir dos anos 1970, uma certa mudança surgiu, tornando esta questão mais complexa do que o era ou parecia ser no passado. De facto, por um lado, pesquisadores como Bell e Chaskes (1970) constataram, analisando uma amostra de estudantes, que a actividade sexual das mulheres havia progredido e que a culpabilidade sexual feminina havia diminuído comparativamente a um resultado obtido a partir da análise de uma amostra recolhida no mesmo meio, dez anos antes. A forte similitude entre os comportamentos sexuais dos homens e das mulheres, reportada nos estudos de Curran (1975), fez pensar que o duplo standard estava em declínio. King, Balswick e Robinson (1977) notaram igualmente que a diferença de atitude e comportamentos sexual entre os homens e as mulheres se estava deteriorando. No seu estudo sobre auto-estima e permissividade, Perlman (1976) observa também um certo decréscimo da diferença da atitude e do comportamento sexual entre os dois sexos. Ademais, Perlman et al. (1976) chegaram a conclusão que o nível de permissividade sexual entre as mulheres subiu, proporcionalmente à dos homens, porque, segundo eles, elas eram, inicialmente mais conservadoras e que, portanto, elas haviam tido uma

maior margem de mudança. Por outro, contrariamente à tendência revelada por um grande número de cientistas que sublinhavam que as diferenças de atitude e comportamento sexual existentes entre os dois sexos se reduziam significativamente, alguns pesquisadores chegaram à uma conclusão diferente. Por exemplo, o estudo de Peplau et al. (1977) em 231 casais mostrou a existência de diferenças de atitude e comportamento sexual no seio do casal (as mulheres revelaram-se mais conservadoras que os homens em vários domínios). Ainda, as análises de Medora e Woodward (1982) realçam atitudes mais conservadoras entre indivíduos do sexo feminino que nos homens. A sondagem de atitude e comportamento sexual realizada por Ferrell, Tolone e Walsh (1977) junto de uma população de estudantes nos Estados Unidos entre os anos 1967-1971 e 1970-1974, sublinha a persistência do duplo standard tradicional, mesmo se os resultados fazem igualmente parte da existência notável de uma norma única da permissividade. Aliás, segundo estes autores, a nível específico do comportamento sexual, o duplo standard continuava a predominar nesta época. Para complicar ainda mais esta situação, os dados apresentados por Robinson e Jedlicka (1982) indicam que o “velho” duplo standard foi, em certos casos, substituído por um “novo” duplo standard, no qual membros de cada sexo impunham uma série de restrições à sexualidade do sexo oposto, adotando uma atitude generosa quando se tratava do seu próprio género sexual. Eles constataram, ainda, uma tendência geral da parte dos homens e das mulheres a abarcar atitudes e comportamentos mais conservadores similares àquelas que prevaleciam antes da exaltação daquilo que se chamou revolução sexual. Um estudo sobre os papéis sociais e as atitudes sexuais atribuídas aos dois sexos e as atitudes sexuais feitas por Helmreich, Spence e Gibson (1982) mostrou, ademais, que as atitudes sexuais masculinas se

havam estabilizado entre 1976 e 1980, ao passo que as atitudes sexuais femininas “tinham registrado uma pequena mudança no sentido conservador” (p. 656).

Problema de escala de avaliação

Um dos grandes problemas da pesquisa neste domínio das atitudes e dos comportamentos sexuais é o colocado pelas diferentes escalas de avaliação. A escala Guttmaniana de Reiss (*Reiss's 12-item Guttman Scale*) foi muito frequentemente utilizada para avaliar a permissividade sexual pré-marital. Esta ferramenta, como observaram Clayton e Bokemeier (1980), tem o inconveniente de focar apenas em alguns elementos da sexualidade (o beijo, as carícias e o coito), não sendo suficiente (adequado) para medir com detalhe todos os outros pontos salientes da sexualidade. Outras escalas foram desenvolvidas, como, por exemplo, o Inventário de Opiniões sobre o Sexo (*Sexual Opinion Survey*) (White, Fisher, Byrne, & Kingma, 1977) e o Questionário de Atitude Sexual (*Sex Attitude Questionnaire*) (Fretz, 1974). Mas, estes instrumentos não foram largamente utilizados como a escala de Reiss. Muitos outros pesquisadores desenvolveram pequenas escalas (e.g., Laner et al., 1978; Mercer e Kohn, 1979) ou escalas maiores (e.g., Mahoney, 1980) para avaliar as atitudes sexuais, mas sua publicação não foi acompanhada de informações precisas sobre sua utilização.

1.2. De 1985 à 2010

Deste modo, até ao início dos anos 1980, os estudos sobre a diferença de atitude e comportamentos sexuais entre os homens e as mulheres deram

resultados frequentemente confusos e contraditórias. Ademais, como acabamos de ver, estes estudos tendiam a se basear em pequenas escalas de avaliação e de construções globais como a “permissividade sexual” e a “sexualidade pré-marital”. Nota-se ainda o facto de, até este momento, por um lado, as investigações realizadas não fazerem a distinção sistemática e metodológica de forma clara, por outro, entre as atitudes sexuais e os comportamentos sexuais; indeterminação que certamente complicava a interpretação dos dados. O estudo de Hendrick e Hendrick (1985) trouxe uma nova metodologia que permitiu um exame mais detalhado sobre as diferenças da atitude sexual entre os dois sexos. Com efeito, neste estudo, eles desenvolveram um questionário da atitude sexual de 102 itens que foi preenchido por aproximadamente 800 estudantes da Universidade de Miami (EUA). A análise da variação das posições individuais mostrou que os homens e as mulheres diferiam em 73 dos 102 itens, o que representa uma diferença significativa. Os indivíduos do sexo feminino mostraram-se mais responsáveis, mais convencionais e mais idealistas; enquanto os indivíduos do sexo masculino indicaram mais permissividade, instrumentalização e tendência em querer dominar o parceiro. Os resultados deste estudo sugerem, em suma, que as mulheres têm atitudes sexuais mais conservadoras que os homens.

Mais tarde, Hendrick e Hendrick (1987a) desenvolveram uma escala de atitude sexual de 43 itens divididos em quatro sub-escalas intituladas *Permissividade, Práticas sexuais, Instrumentalização e Comunhão*, que, em seguida, foi também utilizada por outros investigadores. A partir desta ferramenta, Hendrick e Hendrick avaliaram as atitudes sexuais dos americanos. Deste estudo, sublinha-se claramente que as pessoas, em geral, não eram muito permissivas. Os itens tipo da *Permissividade* são, entre

outros, “gostaria de manter relações sexuais com vários parceiros” e “manter encontros sexuais ocasionais é algo aceitável”. No seu estudo de 1987, a resposta média observada por cada item, numa amostra de várias centenas de estudantes, foi de cerca de 2.25 numa escala de 1 a 5 pontos *desacordo/concordo*; isto é, a resposta média está mais próxima do polo *desacordo* da escala que do polo *concordo*. Num estudo realizado mais tarde (Hendrick & Hendrick, 1995), a média foi de aproximadamente 2.00, que corresponde ao “desacordo moderado”. Os autores mostraram também que as mulheres tendiam a ser sempre menos permissivas que os homens. A diferença observada entre homens e mulheres era de aproximadamente um ponto (ver também, Oliver & Hyde, 1993).

Hendrick e Hendrick mostraram, igualmente, que as pessoas em geral eram moderadamente instrumentalistas. Os itens instrumentalistas são, por exemplo, “o acto sexual é essencialmente uma função fisiológica como o é o acto de se alimentar” e “uma relação sexual é antes de tudo um acto físico”. No estudo de Hendrick e Hendrick de 1987, a resposta média observada para cada item foi de 2.60, o que está mais próximo do polo *concordo* que do *desacordo*, mesmo se este valor é mais elevado que o que se observou para a *Permissividade* (no qual a média global foi de 2.50), no estudo Hendrick e Hendrick 1995. Nos dois estudos, as mulheres tendiam a ser menos instrumentalistas que os homens. No entanto, a diferença entre mulheres e homens é, neste caso, muito ínfima.

No que diz respeito às *Práticas sexuais* e à *Comunhão*, as pessoas estavam de acordo com os itens propostos. Os itens tipos da prática sexual são, entre outros, “o homem deveria partilhar a responsabilidade da contracepção com a mulher” e “a educação sexual é importante para os jovens”. Os itens tipos da *Comunhão* são: “um acto sexual, entre duas

pessoas profundamente apaixonadas, constitui a súmula da relação humana” e “no melhor dos casos, uma relação sexual deve ser considerada como a fusão de duas almas”. Nos dois casos, as respostas mdias estiveram próximas dos 4.0, o que  próximo do “acordo total”, sem praticamente alguma diferença entre homens e mulheres.

Após os trabalhos de Hendrick e Hendrick (1985), as atitudes sexuais foram extensivamente estudadas e de maneira detalhada. Sem entrar em detalhes, estas pesquisas confirmaram que as atitudes sexuais das mulheres eram mais conservadoras que as dos homens, mesmo se isto não se verifica em todos os domínios (e.g., Hendrick & Hendrick, 1995; Slapion-Foote & Foote, 1985; Sprecher & McKinsey, 1993). A meta-análise das diferenças sexuais entre homens e mulheres feita por Oliver e Hyde (1993) revelou a existência de largas diferenças sexuais no que diz respeito  masturbação e as relações sexuais ocasionais antes do casamento. Este estudo mostra, em geral, a aparição de uma certa mudança de atitude sexual face  relação sexual pr-marital (melhor aceite que antes) e ela revelou também uma evolução da diferença dos comportamentos sexuais dos dois sexos (alunas do liceu e estudantes do sexo feminino tiveram um escore de prática sexual equivalente ou superior ao de seus colegas masculinos da mesma idade; Beeghley & Sellers, 1986). Portanto, nota-se geralmente uma coexistência de atitudes sexuais masculinas e femininas similares e atitudes sexuais diferentes (Hendrick & Hendrick, 1995).

Vimos que vários estudos feitos nos anos 1960 e 1970 indicavam o declínio do tradicional duplo standard e que alguns estudos da mesma época sugeriam o contrário. As pesquisas feitas a partir dos anos 1980 até os anos 2010 parecem ter definitivamente corroborado a tese da persistência de certos elementos do duplo standard tradicional. Por exemplo, Oliver e

Sedikides (1992) revelaram o facto de, mesmo se as mulheres e os homens preferiam parceiros sexuais menos permissivos, os homens declararam apreciar mais a permissividade sexual numa parceira pela qual não se sentiam muito ligados ou empenhados.

Em suma, a avaliação de aceitabilidade de certos comportamentos sexuais indicam a existência de diferenças ainda notáveis entre os dois sexos, mesmo se estas diferenças não pareçam ser igualmente importantes, e não abrangem todos os domínios, como outrora.

2. Idade, atitude e comportamento sexual

Contrariamente às diferenças de atitudes sexuais entre homens e mulheres, sabe-se muito pouco sobre a diferença de atitudes sexuais entre as diferentes faixas etárias (Le Gall, Mullet, & Shafighi, 2002). Portovna, Young e Newman (1984) apresentaram, numa amostra de mulheres com idades compreendidas entre os 60 e 90 anos, um cenário representando um casal de idosos sexualmente activos. Esta experiência teve como variáveis o género sexual e o estado civil dos protagonistas (solteiro, viúvo, casado) e a residência do casal (casa própria ou asilo). Maior parte dos participantes à pesquisa mostrou-se favorável à actividade sexual de pessoas de idade avançada; por outras palavras, a actividade sexual foi considerada como qualquer coisa de positiva mesmo entre as mulheres, entre os casais solteiros e os casais vivendo em aposentarias.

Um estudo realizado mais tarde por Walker e Ephross (1999) junto de 68 idosos vivendo há muito tempo sob assistência ou numa casa de abrigo confirma esta adesão. De facto, os resultados mostram que os idosos têm uma opinião bastante positiva sobre as actividades sexuais. Por exemplo,

80% dos participantes neste estudo concordam com o item segundo o qual, “a masturbação é uma actividade sexual aceitável para pessoas idosas”. Um estudo realizado muito antes por McIntosh (1981) chegou a resultados similares. Outras investigações do mesmo âmbito mostraram, igualmente, que os idosos tinham atitudes sexuais mais liberais do que os jovens pensavam (Bergstrom-Walan & Nielsen, 1990; Steinke, 1994).

3. Crenças religiosas, atitude e comportamento sexual

A relação entre as crenças religiosas e as atitudes sexuais foi objecto de vários estudos científicos. Hendrick e Hendrick (1987b), por exemplo, examinaram, em duas amostras de estudantes americanos, a relação entre as crenças religiosas e as atitudes sexuais, utilizando para o efeito a sua Escala de Atitude Sexual. As crenças religiosas foram medidas a partir de uma questão colocada aos participantes sobre o seu grau de religiosidade (de muito religioso a muito anti-religioso). Os participantes muito religiosos tiveram uma média muito baixa em permissividade, instrumentalização e práticas sexuais. No entanto, sabe-se muito pouco sobre a relação entre idade, crenças e atitudes sexuais (Le Gall, Mullet & Shafighi, 2002; Vera Cruz, 2007).

4. Género, idade, crença religiosa, atitude e comportamento sexual

Le Gall, Mullet e Shafighi (2002) realizaram na França um estudo com o objectivo de examinar os efeitos do género, da idade e das crenças religiosas sobre as atitudes sexuais. A amostra de 800 indivíduos incluía

participantes de idades diferentes: de jovens, adultos e idosos. Utilizaram a Escala de Atitudes Sexual de Hendrick e Hendrick (1987a) que consideram, nesse caso, ser a ferramenta mais compreensível disponível. Para estabelecer as correlações moderadas e elevadas, eles utilizaram também outras unidades de mediada como o Inventário de Opiniões sobre o Sexo, a Escala de Permissividade Sexual, versão feminina e masculina (*Male and Female Premarital Sexual Permissiveness Scale*) e alguns itens do Inventário Revisto de Culpabilidade de Mosher (*Revised Mosher Guilt Inventory*) (Hendrick & Hendrick, 1987a).

Ao que sabemos, este estudo de Le Gall, Mullet e Shafighi (2002) foi o primeiro a examinar, simultaneamente e de maneira detalhada, as atitudes sexuais dos jovens, adultos e idosos.

Face aos dados recolhidos, a primeira questão que os autores se colocaram é: os quatro factores estruturais anteriormente identificados numa amostra de jovens estudantes americanos, estudados por Hendrick e Hendrick (1987a), poderiam ser recuperados e servir também de base para a avaliação dos dados recolhidos em França sobre os jovens, adultos e idosos? A análise factorial realizada então mostrou que pelo menos cinco factores correlacionados eram necessários para o tratamento dos dados. De facto, os três factores identificados por Hendrick e Hendrick foram recuperados imediatamente: *Permissividade*, *Instrumentalização* e *Comunhão*. O quarto factor, *Práticas sexuais*, subdividiu-se em dois factores distintos: *Prazer* e *Responsabilidade*.

A segunda questão colocada é: as pessoas idosas são de facto menos permissivas e menos instrumentalistas que os jovens? No que diz respeito a *Permissividade*, a resposta foi definitivamente positiva. Mesmo se a nível global a *Permissividade* não foi elevada, a diferença observada entre idosos

e jovens não foi desprezível (aproximadamente 1.5 pontos numa escala de 5 pontos, o que é precisamente equivalente a diferença existente entre os dois sexos). No que toca à *Instrumentalização*, os resultados são mais complexos. Globalmente, os jovens participantes (menos de 40 anos) são mais instrumentalistas que os participantes mais velhos, mas esta diferença se verifica somente nos homens.

A terceira questão colocada é: os crentes são verdadeiramente menos permissivos e instrumentalistas que os não-crentes, se a idade é levada em consideração? Para a *Permissividade*, a diferença observada entre os crentes e os não crentes é significativa, comparativamente a diferença observada entre o género sexual e a idade (aproximadamente 1.3 pontos). Esta diferença não parece afectada pelo nível educacional. Estes resultados confirmam os encontrados por Hendrick e Hendrick (1987b). Nota-se o facto de as crenças religiosas estarem em contradição com a idade e o género. Efectivamente, os efeitos da crença religiosa sobre a *Permissividade* revelaram-se mais fortes entre as pessoas mais velhas que entre as pessoas mais novas e mais forte nos homens que nas mulheres.

Quanto à *Instrumentalização*, os resultados são sempre mais complexos que nos casos da *Permissividade*. Globalmente, os não-crentes não parecem mais instrumentalistas que os crentes. Entretanto, os factores religiosos estão fortemente em interacção com a idade e o género. A principal diferença ligada à crença religiosa aparecia entre os homens idosos (mais de 60 anos) e nas mulheres idosas (mais de 50 anos). Os homens idosos crentes revelaram-se menos instrumentalistas que os homens idosos não-crentes. Em contrapartida, as mulheres idosas crentes parecem mais instrumentistas que as mulheres idosas não-crentes. Os autores explicam esta aparente contradição pelo facto dos idosos terem tendência a viver suas

relações de uma maneira mais profunda que os jovens. Eles evocam a hipótese segundo a qual, nos homens, os princípios religiosos tendiam a desaprovar a instrumentalização sexual, ao passo que nas mulheres, ao contrário, os mesmos princípios religiosos tendiam a inibir o prazer na hora das relações sexuais. Neste último caso, o acto sexual, fora de um propósito de procriação, podia ser concebido como uma forma de dar prazer (de conservar) ao parceiro; por outras palavras, a relação sexual seria considerada como um acto instrumental.

Paralelamente, três outros resultados interessantes saíram deste estudo. Primeiro, as raparigas tiveram um nível mais elevado do factor *Responsabilidade* que as idosas e os homens. Este resultado, como notaram os autores, parece lógico se tivermos em consideração o facto de serem estas raparigas as mais vulneráveis numa eventual gravidez não desejada. Segundo, as mulheres idosas tiveram um resultado muito baixo sobre o factor *Prazer* em comparação com as raparigas e os homens. Isto pode estar relacionado com o facto das mulheres idosas sofrerem os efeitos da menopausa. Por fim, os homens idosos tiveram o resultado mais elevado no factor *Comunhão* que os rapazes e as mulheres. Os autores relacionam este facto com vários estudos nos quais os resultados mostram um declínio da actividade sexual masculina com o avanço da idade (e.g., Brubaker & Roberto, 1993); um declínio que vai de par com um certo aumento da habilidade para a intimidade e a escuta do outro (Levine, 1998).

Duas outras questões foram examinadas. A primeira é: existirá uma forte diferença inter-cultural entre a França e os Estados Unidos referente às atitudes sexuais? A resposta é positiva. Os participantes franceses mostraram-se mais permissivos, mais instrumentalistas e menos interessados pela *Comunhão* que os indivíduos americanos. Todavia, relativamente ao

Prazer, a diferença é mínima. Os autores notam que estes resultados estão de acordo com o ponto de vista segundo o qual os americanos têm atitudes sexuais mais repressivas que grande parte dos seus congêneres ocidentais (Hodson & Skeen, 1994). A segunda questão é: as atitudes sexuais prognosticam o bem-estar geral de um indivíduo? A resposta é também positiva: neste estudo a *Comunhão* e a *Permissividade* explicam uma parte significativa da variação do escore de *Bem-estar*. Os menos permissivos e os mais interessados pela *Comunhão* tiveram um resultado mais elevado de *Bem-estar*. Estes resultados estão de acordo com os resultados encontrados por Hendrick e Hendrick (1987a).

Capítulo III

Atitudes, comportamentos sexuais e etnicidade

Neste capítulo, interessar-nos-emos pelas diferenças de atitudes sexuais existentes entre os diferentes grupos étnicos ou culturais. Para tornar a comparação mais fácil e, eventualmente, mais pertinente, iremos nos centrar no factor *Permissividade sexual*, que é o que mais foi explorada pelos pesquisadores neste domínio.

Os primeiros estudos sobre as atitudes sexuais e a etnicidade foram realizados sobre uma população norte-americana e canadense multicultural.

Deste modo, Marin e Marin (1992) mostraram que as mulheres hispânicas vivendo nos Estados Unidos tinham uma atitude mais negativa relativamente à *Permissividade sexual* (e.g., ter vários parceiros sexuais) que as mulheres americanas. Todavia, uma vez assimilado o modo de vida americano, as mulheres hispânicas tinham uma tendência a ter as mesmas atitudes sexuais que das mulheres do país de acolhimento.

Meston, Trapnel e Gorzalka (1996) mostraram a existência de uma diferença significativa entre os estudantes canadenses de descendência europeia e os estudantes canadenses de descendência asiática, concernente ao comportamento sexual interpessoal (e.g., o sexo oral) e o comportamento sexual intra-pessoal (e.g., masturbação). Os estudantes de origem asiática mostraram atitudes mais negativas em relação aos comportamentos sexuais acima citados, comparativamente aos estudantes canadenses de origem europeia (ver também, Kaufman, Poston, Dudley, Hirschl, & Stycos, 1996, Ng & Lau, 1990, Sachdev, 1998, Tikoo, 1996). Meston, Trapnel e Gorzalka

(1998) encontraram o mesmo tipo de diferença entre os estudantes asiáticos e os estudantes europeus. Mostraram, ainda, como Marin e Marin o fizeram, um efeito moderado da aculturação: os canadenses de origem asiática que nasceram no Canadá ou que chegaram ao Canadá antes de 1987, tiveram uma nota média de permissividade sexual próxima dos canadenses de descendência europeia. Okazaki (2002) obteve resultados similares: quanto mais os americanos de origem asiática assimilavam o modo de vida dos Estados Unidos, mais eles tomavam atitudes sexuais permissivas (ver também Abramson & Imai-Marquez, 1982).

Weinberg, Lottes e Shaver (1995, 2000) mostraram que os estudantes suecos eram claramente mais permissivos que os estudantes americanos no que concerne aos comportamentos do tipo “começar a ter relações sexuais ou íntimas com 15 anos ou ter vários parceiros sexuais”. Le Gall, Mullet e Rivière-Shafighi (2000) mostraram que os jovens adultos franceses eram mais permissivos, mais instrumentalistas e menos interessados pela comunhão que os jovens estudantes americanos.

Hetzroni (2002) mostrou que os árabes-israelitas têm atitudes sexuais mais negativas em relação ao sexo e às relações amorosas que os judeus-israelitas, sendo que esta diferença não tinha nada a ver com a prática religiosa. Leiblum, Wiegel e Brickle (2003) mostraram que um grupo de asiáticos e do médio-orientais estudando medicina nos Estados Unidos tinham atitudes mais negativas em relação a permissividade sexual que seus homólogos americanos (ver também Chan, 1986).

No que diz respeito à comparação entre os africanos e os europeus ou os americanos, um estudo realizado por Vera Cruz e Mullet (2011, 2012), mostrou que os moçambicanos tinham atitudes sexuais mais permissivas que os franceses e os americanos. No entanto, os autores não encontraram uma

diferença significativa entre os moçambicanos e os franceses no que diz respeito a instrumentalização sexual, a responsabilidade sexual e o prazer sexual.

Em suma, os resultados destas pesquisas sobre as atitudes sexuais e etnicidade mostram que (a) os europeus (exemplo suecos e franceses) são sexualmente mais permissivos que os americanos e os canadenses, que (b) os americanos e os canadenses são sexualmente mais permissivos que os asiáticos (chineses, indianos e médio-orientais) e que os moçambicanos são sexualmente mais permissivos que os asiáticos, os europeus e os americanos.

Capítulo IV

Alguns estudos sobre as atitudes, os comportamentos e as práticas sexuais em Moçambique

I. Pesquisas sobre as atitudes sexuais

1. As pesquisas levadas a cabo sobre este tema

Germano Vera Cruz realizou três pesquisas sobre este tema:

- a) Um estudo comparativo (Moçambique-France) sobre a atitude em relação a permissividade sexual (o facto de ter múltiplos parceiros sexuais ao mesmo tempo) (Vera Cruz & Mullet, 2010).
- b) Um estudo comparativo sobre as atitudes sexuais dos moçambicanos e dos francêss em relação à responsabilidade sexual (prevenção de consequências desagradáveis relacionadas com o acto sexual, como por exemplo, a gravidez indesejada, o contágio por doenças sexualmente transmissíveis, etc.) (Vera Cruz & Mullet, 2011).
- c) Um estudo mais abrangente sobre as atitudes sexuais dos moçambicanos em comparação com as atitudes sexuais dos americanos e dos franceses e (Vera Cruz & Mullet, 2012).

2. Metodologia de pesquisa e análise de dados

2.1. Questões iniciais à pesquisa

Três questões guiaram as nossas pesquisas sobre este tema:

- a) Qual é a estrutura factorial que melhor caracteriza o comportamento sexual dos adultos moçambicanos? A estrutura de cinco factores identificada na amostras francesa ou a de quatro factores identificada na amostra norte-americana? (Le Gall et al., 2002; Hendrick & Hendrick, 1995): *Permissividade, Responsabilidade, Prazer, Instrumentalização e Comunhão* / *Permissividade, Responsabilidade, Instrumentalização e Comunhão*?
- b) Quais são as atitudes dos moçambicanos em relação à permissividade sexual, à instrumentalização sexual, à práticas sexuais “minoritárias”, à responsabilidade sexual, à comunhão sexual e ao comportamento sexual de risco?
- c) Quais são as características pessoais que determinam as atitudes sexuais dos Moçambicanos?

2.2. Instrumento de pesquisa

- a) A versão portuguesa da Escala de Atitudes Sexuais elaborada por Hendrick et Hendrick (1995), uma escala de tipo Likert com cinco pontos.
- b) O nosso instrumento também era composto de (a) a adaptação português da Escala de Satisfação de Vida (Neto, 1993), (b) a versão em português do Questionario de Religiosidade (Hoge, 1972), (c) um

questionário de personalidade constituído de cinco itens extraídos do Big Five Questionnaire (Goldberg, 1990), para caracterizar a personalidade dos participantes através de cinco possibilidades: convivial (factor de abertura), solitário (factor de inibição), agitado (factor de neurose), metódico (factor de conscienciosidade), e agradável (factor de desejabilidade).

2.3. Análise dos dados

- a) Premièrement, uma análise factorial confirmatória foi realizada sobre os itens da Escala de Atitude Sexual. Cinco factores interrelacionados foram encontrados: *Permissividade* (6 itens), *Responsabilidade* (4 itens), *Prazer* (4 itens), *Comunhão* (4 itens), e *Instrumentalização* (4 itens). A qualidade global do ajuste deste modelo não era muito elevada.
- b) Em segundo lugar, dado o mau ajuste do modelo de cinco fator, foi conduzida uma análise factorial exploratória. Com base no *scree test*, foi escolhida uma solução de 7 factores ortogonais. A análise em componentes principais foi acompanhada por uma *rotação obliqua* e uma *rotação ortogonal* (rotação Varimax). Todos esses factores tiveram *eigenvalues* (valores próprios) superiores a 1.
- c) Finalmente, foi realizado em terceiro lugar uma análise de correlação entre os sete factores e as características pessoais dos participantes. Uma série de sete análises de regressão foram realizadas com cada um dos sete factores como critérios e as características dos participantes tais como o género sexual, a idade, o nível de educação, o facto de estar apaixonado ou não, os comportamentos sexuais de risco (sexo

desprotegido), envolvimento religioso, quer dizer a religiosidade intrínseca (a religião como um meio) e a religiosidade extrínseca (a religião como um fim) (Hoge, 1972), como preditores.

3. Resultados

- a) Em primeiro lugar, os resultados deste estudo mostram que há uma diferença entre as atitudes sexuais dos moçambicanos, dos franceses e dos norte-americanos: a permissividade sexual é relativamente maior entre os moçambicanos do que entre os franceses e os norte-americanos, e constatou-se uma maior tendência dos moçambicanos a associar o acto sexual ao puro prazer. Isso pode ser explicado por uma relativa permanência do modelo tradicional Bantu da sexualidade que tolera a liberdade sexual e a infidelidade sexual conjugal.
- b) Em segundo lugar, há também uma visão relativamente menos positiva das praticas sexuais “minoritarias” (sexo oral, sexo anal, homossexualidade) entre os moçambicanos do que entre os franceses e os norte-americanos; facto que, ao contrário dos dois fatores anteriores, não se explicada pela persistência relativa do modelo tradicional Bantu da sexualidade (na verdade, mesmo se os conceitos e categorias de tipo “homossexualidade”, “bissexualidade” não existiam na sociedade Bantu pré-colonial, práticas sexuais “minoritarias ou homossexuais” existiram e não eram, em princípio, julgados negativamente); a hostilidade em relação às relações sexuais “minoritarias” se explicada pela persistência relativa de modelos de sexualidade inculcados pelos colonizadores e os evangelistas cristãos.

- c) Em terceiro lugar, deve-se ressaltar, no entanto, que esta diferença entre as atitudes sexuais das três populações é estreita, e parece que, apesar das diferenças históricas entre a sexualidade dos americanos, dos franceses e dos moçambicanos, uma convergência de modelos (atitudes) está em andamento, facto que pode ser atribuído aos efeitos da globalização cultural e das influências dos meios de comunicação de massa (televisão, cinema, internet) internacionais.
- d) Em quarto lugar, os resultados deste estudo também sugerem que, embora a taxa de prevalência do HIV entre a população moçambicana é bastante elevada (10.5%), as campanhas contra o HIV/SIDA em Moçambique levam as pessoas a sustentar atitudes sexuais mais responsáveis e atitudes desfavoráveis à tomada de riscos. Portanto, podemos dizer que os resultados deste estudo são relevantes, e que pode esperar-se que estas mudanças de atitudes, a médio prazo, conduzam os moçambicanos a levarem menos riscos nos seus comportamentos e nas suas práticas sexuais.

II. Pesquisas sobre os comportamentos sexuais

1. Estudo sobre o comportamento sexual geral dos moçambicanos

O pesquisador moçambicano, Germano Vera Cruz, realizou várias pesquisas sobre o comportamento sexual dos seus compatriotas (e.g., Vera Cruz, 2007; Vera Cruz, Vinsonneau, Le Gall, Rivière, & Mullet, 2010; Vera Cruz & Mullet, 2011; Vera Cruz & Mullet, 2012; Vera Cruz, 2013; Vera Cruz & Mullet, 2014; Vera Cruz, Domingos, & Sabune, 2014; Vera

Cruz & Mause, 2014; Vera Cruz, 2015c; Vera Cruz, 2017; Vera Cruz, 2018a; Vera Cruz, 2018b). No entanto, neste sub-capítulo, apresentaremos apenas algumas destas pesquisas.

Começamos pelo estudo sobre o comportamento sexual dos moçambicanos realizado em 2007.

1.1. Objectivo

Este estudo (Vera Cruz, 2007) teve como objectivo analisar o comportamento sexual dos moçambicanos quanto a idade da primeira relação sexual, o número de parceiros sexuais, o número de relações sexuais por semana, o nível de satisfação com a sua vida sexual, e os comportamentos sexuais à risco. Ele envolveu a participação de 301 moçambicanos de 17 a 61 anos ($M = 26,4$, $SD = 8.56$; 142 homens e 158 mulheres).

1.2. Metodologia de pesquisa e análise dos dados

1.2.1. Questões iniciais de pesquisa

Tês questões guiaram as nossas pesquisas sobre este tema:

- d)** Em média, qual é a idade da primeira relação sexual, entre a população moçambicana?
- e)** Em média, qual é o número de parceiros que os moçambicanos têm ao longo da sua vida?

- f) Qual é o nível de satisfação que os moçambicanos têm com a sua vida sexual?

1.2.2. Instrumento de pesquisa

Para recolha de dados, o pesquisador utilizou um questionário.

1.2.3. Análise dos dados

Os dados foram analisados através do cálculo de médias, desvios padroes (estatísticas descritivas), comparação de média e análise de correlações (estatísticas inferenciais).

1.3. Resultados

- a) A média de parceiros que os indivíduos pretendem ter tido no decorrer da sua vida é de 6 parceiros por pessoa (mínimo = 0 parceiros e máximo = 34, $SD = 6,7$). As pessoas do sexo masculino declararam ter em média 8 parceiros sexuais e pessoas do sexo feminino declararam ter uma média de 4 parceiros.
- b) A primeira relação sexual aconteceu quando as pessoas tinham em média 17 anos (mínimo = 11 anos e máximo = 24 anos, $SD = 2,4$). Sobre este ponto, não existe uma diferença significativa entre homens e mulheres.
- c) De acordo com o inquérito, os moçambicanos mantêm em média 2 relações sexuais por semana.

- d) Os resultados da pesquisa indicam igualmente que 42% dos participantes declarou estar satisfeito com a quantidade das relações sexuais mantidas; em contrapartida, 12% não estava satisfeito. O resto não se pronunciou. Não houve uma diferença significativa entre os dois sexos.
- e) E, 52% dos participantes declarou estar satisfeito com a qualidade de relações sexuais mantidas, 8% não estava satisfeito, 20% respondeu “nem sim, nem não” e 20% não respondeu a esta questão. De notar que as mulheres declararam estar menos satisfeitas que os homens (30% e 51,2% respectivamente).
- f) Enfim, o estudo revelou que 30% das pessoas interrogadas teve pelo menos uma relação sexual “de risco”, sem o uso do preservativo. A este propósito, não houve uma grande diferença entre homens e mulheres.

2. Estudo sobre parcerias múltiplas e concorrentes

Germano Vera Cruz e Liria Maússe (2014) realizaram uma pesquisa sobre as mulheres moçambicanas que se envolvem com múltiplos parceiros sexuais e concorrentes (MPSC).

2.1. Objectivo

Descobrir os motivos que levam algumas mulheres moçambicanas de elevado nível socioeconômico e educacional a ter relações com múltiplos parceiros sexuais simultaneamente. Um total de 28 mulheres, dos 19 aos 45 anos, participaram no estudo.

2.2. Metodologia de pesquisa e análise dos dados

2.2.1. Questão inicial de pesquisa

Uma questão guiou a nossa pesquisa sobre este tema :

- a)** Por que é que certas mulheres moçambicanas, não obstante o facto de terem uma situação económica e educacional elevada, envolvem-se com parceiros sexuais múltiplos e concomitantes?

2.2.2. Instrumento de pesquisa

Para recolha de dados, os pesquisadores utilizaram entrevistas semiestruturadas.

2.2.3. Análise dos dados

Os dados foram analisados através da técnica de análise do discurso, quer dizer, análise das respostas dadas pelas participantes aquando das entrevistas realizadas.

2.3. Resultatdos

Segundo os resultados do estudo, as principais razões que levam as mulheres moçambicanas que se envolvem com Múltiplos Parceiros Sexuais Concomitantes (MPSC), não obstante o facto de disporem de um nível socio-economico elevado, são as seguintes:

- a) Desejo de ter poder e influência;
- b) Insatisfação sexual conjugal;
- c) Comportamento reativo (reação à infidelidade sexual do marido);
- d) Desejo de emancipação.

3. Estudo Sobre a prática do puxa-puxa

Germano Vera Cruz e Etinne Mullet (2014) realizaram uma pesquisa sobre a prática do puxa-puxa. Puxa-puxa (*othuna* em algumas línguas do centro e do norte do país) é o alongamento definitivo dos pequenos lábios do órgão genital da mulher, prática corrente desde os séculos passados, nas regiões do centro e do norte de Moçambique. Para obter essa alteração morfológica da parte exterior do seu órgão genital, a partir da adolescência até à idade adulta, a mulher pratica um ritual cotidiano que consiste em puxar repetidamente os pequenos lábios da vagina (daí o nome de puxa-puxa, em português).

3.1. Objectivo

Descobrir os motivos subjacentes à prática do puxa-puxa, isto é, saber o que leva certas mulheres do centro e do norte de Moçambique a continuarem a praticar o puxa-puxa, não obstante as mudanças socioeducativas e religiosas que ocorreram no país desde a colonização portuguesa. Um total de 616 mulheres originárias do centro e norte de Moçambique, com idades entre 18-62 anos, participaram no estudo.

3.2. Metodologia de pesquisa e análise dos dados

3.2.1. Questão inicial de pesquisa

Uma questão guiou a nossa pesquisa sobre este tema:

- a) Quais são os motivos que levam certas mulheres do centro e do norte de Moçambique a continuarem a praticar o puxa-puxa, não obstante as mudanças socioeducativas e religiosas que ocorreram no país desde a colonização portuguesa?

3.2.2. Instrumento de pesquisa

Para recolha de dados, os pesquisadores utilizaram um questionário.

3.2.3. Análise dos dados

Fizemos uma análise descritiva dos dados recolhidos através do questionário (cálculo de médias aritméticas, de desvios-padrão e de medianas); em seguida, fizemos uma análise fatorial para encontrar os principais factores (motivos) subjacente à prática do puxa-puxa.

3.3. Resultados

Simplificando, como resultado do processamento estatístico, sete motivos separáveis ligados à prática do puxa-puxa foram encontrados, entre os quais os mais cotados foram:

- a) Ter uma vida sexual satisfatória;
- b) Satisfazer o parceiro sexual;
- c) Adquirir uma capacidade de autocontrole da excitação e do prazer sexual.

As principais conclusões do estudo são que a prática de puxa-puxa está relacionada com razões psicológicas profundas que são comuns a maioria das mulheres em diversos países, isto é, ter uma vida sexual satisfatória com um parceiro confiável, criando as melhores condições para ter filhos e ser capaz de cuidar deles.

Referências

Introdução

- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Fort Worth, IX: Harcourt Brace Jovanovich.
- Fazio, R. H. (1990). Multiple processes by which attitudes guide behaviour: The mode model as an integrate framework. In Zanna, M. P., *Advances in Experimental Social Psychology*, 23, 75-110.
- Fischbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intentions, and behaviour: An introduction to theory and research, reading*. MA: Addison-Wesley.
- Lowe, C. F., Richelle, M., Blachman, D. E., & Brad Shaw, C. M. (1985). *Behaviour, analysis and Contemporary Psychology*. London, England: Erlbaum.
- Moscovici, S. (1998). *Psicologia Social*. Paris, France: PUF.
- Siguan, M. (1989). *Comportement, cognition, consciences*. Paris, France: PUF.
- Spira, A., Bajos, N., & le groupe ACSF (1993). *Les comportements sexuels en France*. Paris, France: La documentation Française.
- Vera Cruz, G. (2013). *A sexualidade humana: Explicações científicas e educativas para adolescentes e adultos*. Maputo, Mozambique: Alcance Editores.
- Vera Cruz, G. (2015a). *Human sexuality: Discourse, theories, studies and practice*. Berlin, Germany: LAP Lambert Academic Publishing.
- Vera Cruz, G. (2015b). *Sexuality, love and physical attractiveness: Euro-Western vs. Southern Africa perspectives*. Berlin, Germany: LAP Lambert Academic Publishing.
- Watson, J. B. (1972). *Le Béhaviorisme*. Paris, France: Centre d'étude et de promotion de la lecture.
- Wilson, J. A. (1969). Response latency as a function of training method, information level, acquisition, and overlearning. *Journal of Educational Psychology Monograph*, 60(4), part. 2.

Capítulo I

- Alleier, E., & Weideman, M. (1994). How useful is evolutionary psychology for al behavior ? *Annual Review of Sex Research*, 5, 218-256.
- Buss, D. (1994). Sexual strategies theory : Historical origins and current status. *The Journal of Sex Research*, 35, 19-31.
- Aries, P. (1993). Thoughts on the history of homosexuality. *Culture and Human Sexuality*, 5, 356-366.
- Bailey, J., & Pillard, R. (1991). A genetic study of male sexual orientation. *Archives of General Psychiatry*, 48, 1089-1096.
- Bailey, J., Paillard, R., Neale, M., & Agyei, Y. (1992). Heritable factors influence sexual orientation in women. *Archives of General Psychiatry*, 50, 217-223.
- Banks, M., & Gartrell, N. (1995). Hormones and sexual orientation. A questionable link. *Journal of Homosexuality*, 28, 247-268.
- Barash, D. (1977). *Sociobiology and behaviour*. New York, NY: Elsevier.
- Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe*, I. Paris, France: Gallimard.
- Béjin, A. (1990). *Le Nouveaux tempérament sexuel*. Paris, France: Kiné.
- Béjin, A., & Pollak, M. (1977). La rationalisation de la sexualité. *Cahiers intertionaux de sociologie*, I.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. Garden City, NY: Doubleday.
- Boullough, V. (1998). Alfred Kinsey and the Kinsey report : Historical overview and lasting contributions. *The Journal of Sex Research*, 35(2), 127-131.
- Bozon, M. (1999). Les significations sociales des actes sexuels. *Actes de la recherche en sciences sociales. Sur la sexualité*, n° 128, juin.
- Boullough, V. (1995). *Sexual attitudes : Mythes and realities*. New York, NY: Prometheus Books.
- Boullough, V. (1975). Sex and the medical model. *Journal of Sex Research*, 11, 291-303.
- Buss, D., & Schmitt, D. (1993). Sexual strategies theory : An evolutionary perspectives on human mating . *Psychological Review*, 100, 204-232.

- Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Darwin, C. (1992). *L'origine des espèces*. Paris, France: Flammarion.
- DeLamater, J. & Hyde, J. (1998). Essentialism vs. social constructionism in the study of human sexuality. *The Journal of Sex Research*, 35(1), 10-18.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1973). *L'Anti-Œdipe. Capitalisme et schizophrénie*. Paris, France: Minuit.
- Dickemann, M. (1995). Wilson's Panchreston : The inclusive fitness hypothesis of sociobiology re-examined . *Journal of Homosexuality*, 28, 147-183.
- Downey, J., Erhardt, A., Schiffman, M., Dyrenfurth, I., & Becker, J. (1987). Sex hormones in lesbian and heterosexual women. *Hormones and Behavior*, 21, 347-357.
- Ellis, H. (1934). *Précis de psychologie sexuelle*. Paris, Félix Alcan.
- Ellis, H. (1932). L'Art de l'amour, XII, *Études de psychologie sexuelle*. Paris, France: Mercure de France.
- Fassin, E. (1997). Un échange inégal, sexualité e rites amoureux aux Etats-Unis. *Critique*, 596-597.
- Fausto-sterling, A. (1987). *Myths of gender*. New York, NY: Basic Books.
- Fischer, H. (1992). *Anatomy of love : The mysteries of mating, marriage, and why we stray*. New York, NY: Fawcett Columbine.
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité, I. La volonté de savoir*, Paris, France: Gallimard.
- Foucault, M. (1966). *Les mots et les choses*. Paris, France: Gallimard.
- Freud, S. (1987). *Trois essais sur la théorie sexuelle*. Paris, France: Gallimard .
- Freud, S. (1997). *La vie sexuelle*, Paris, France: PUF.
- Gagnon, J. (1990). The implicit use of the scripting perspective in sex research. *The Annual Review of Sex Research*, 1.
- Gagnon, J. (1990). The explicit and implicit use of the scripting perspective in sex research . *Annual Review of Sex Research*, 1.

- Gagnon, J., & Simon, W. (1973). *Sexual Contact*. Chicago, IL: Aldine.
- Giami, A. (1991). De Kinsey au sida : l'évolution de la construction du comportement sexuel dans les enquêtes quantitatives. *Sciences sociales et santé*, 4, 23-55.
- Jackson, M. (1987). Facts of life, or the eroticization of women's oppression ? Sexology and the social construction of heterosexuality. In *The Cultural Construction of Sexuality*, Londres, England: Routledge, 1987.
- Kinsey, A., Pomeroy, W. & Martin, C. (1948). *Sexual Behaviour in the Human Male*. Philadelphie et Londres, Saunders.
- Kinsey, A., Pomeroy, W. & Martin, C. (1953). *Sexual behaviour in the human female*. Philadelphie et Londres: Saunders.
- Krafft-Ebing, R. (1990). *Psychopathia sexualis*. Paris, France: Climats et Libraire Thierry Garnier.
- Laqueur, T. (1992). *La fabrique du sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident*. Paris, France: Gallimard.
- Laplanche, J., (1997). Préface. In S. Freud, *La vie sexuelle*. Paris, France: PUF.
- Masters, W. & Johnson, V. (1966). *Human sexual response*. Boston, MA: Little, Brown and Company.
- Masters, W. & Johnson, V. (1971). *Les mésententes sexuelles et leur traitement*. Paris, France: Robert Laffont.

Capítulo II

- Beeghly, L., & Sellers, C. (1986). Adolescents and sex : A structural theory of premarital sex in the United States. *Deviant Behavior*, 7, 313-336.
- Bell, R., & Chaskes, J. B. (1970). Premarital experience among coeds, 1958 and 1968. *Journal of Marriage and the Family*, 32, 81-84.
- Bentler, P. M. (1968a). Heterosexual behavior assessment – I. Males. *Behavior Research and Therapy*, 6, 21-25.
- Bentler, P. M. (1968b). Heterosexual behavior assessment – II. Females. *Behavior Research and Therapy*, 6, 27-30.
- Bergstrom- Walan, M. J., & Nielsen, H. H. (1990). Sexual expression among 60 to 80-year-old men and women: A sample from Stockholm, Sweden. *The Journal of Sex Research*, 27, 289-295.

- Brubaker, T., & Roberto, K. (1993). Applied literature review: Family life education in the later years. *Family Relations*, 42, 212-220.
- Byrne, D., & Byrne, L. A. (1977). *Exploring human sexuality*. New York, NY: Harper & Row.
- Byrne, D., & Fisher, W. A. (1983). *Adolescents, sex, and contraception*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Clayton, R. R., & Bokemeier, J. L. (1980). Premarital sex in the seventies. *Journal of Marriage and the Family*, 42, 34-50.
- Curran, J. P. (1975). Convergence toward a single sexual standard. *Social Behavior and Personality*, 3, 181-195.
- D'Augelli, J. F., & D'Augelli, A. R. (1977). Moral reasoning and premarital sexual behavior : Toward reasoning about relationships. *Journal of Social Issues*, 33(2), 6-66.
- DeLamater, J., & MacCorquodale, P. (1979). *Premarital Sexuality: Attitudes relationship, behavior*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Ferrell, M. Z., Toone, W. L., & Walsh, R. H. (1977). Maturational and Societal Changes in the Sexual double-standard: A panel analysis (1967-1971: 1970-1974). *Journal of Marriage and the Family*, 39, 255-271.
- Fretz, B. R. (1974). *An attitude measure of sexual behavior*. New Orleans: APS.
- Glenn, N. D., & Weaver, C. N. (1979). Attitude toward premarital, extramarital, and homosexual relations in the U.S. in the 1970s. *The Journal of Sex Research*, 15, 108-118.
- Helmreich, R. L., Spence, J. T., & Gibson, R. H. (1982). Sex-role attitudes: 1972-1980. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 8, 656-663.
- Hendrick, C., Hendrick, S., Foote, F. H., & Slapion-Foote, M. (1984). Do men and women love differently? *Journal of Social and Personal Relationships*, 1, 177-195.
- Hendrick, S., Hendrick, C., Slapion-Foote, M. J., & Foote, F. H. (1985). Gender differences in sexual attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 1630-1642.
- Hendrick, S., & Hendrick, C. (1985). Gender differences in sexual attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 1630-1642.

- Hendrick, S., & Hendrick, C. (1987a). Multidimensionality of sexual attitudes. *The Journal of Sex Research*, 23, 502-526.
- Hendrick, S., & Hendrick, C. (1987b). Love and sex attitudes and religious beliefs. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 5, 391-398.
- Hendrick, S., & Hendrick, C. (1995). Gender differences and similarities in sex and love. *Personal Relationships*, 2, 55-65.
- Herold, E. S., & Goodwin, M. S. (1981). Adamant virgins, potential nonvirgins and nonvirgins. *The Journal of Sex Research*, 17, 107-113.
- Hodson, D., & Skeen, P. (1994). Sexuality and aging: The hammerlock of myths. *Journal of Applied Gerontology*, 13, 219-235.
- Hopkins, J. R. (1977). Sexual behavior in adolescence. *Journal of Social Issues*, 33(2), 67-85.
- Hunt, M. (1974). *Sexual behavior in the 1970s*. Chicago, IL: Playboy Press.
- Jessor, R., Costa, T., Jessor, L., & Donovan, J. E. (1983). Time of first intercourse: A prospective study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 608-626.
- Jurich, A. P., & Jurich, J. A. (1974). The effect of cognitive moral development upon the selection of premarital sexual standard. *Journal of Marriage and the Family*, 39, 739-741.
- Kelley, J. (1978). Sexual permissiveness evidence for a theory. *Journal of Marriage and Family*, 40, 455-468.
- King, K., Abernathy, T., J., Robinson, L. E., & Balswick (1976). Religiosity and sexual attitudes and behavior among college students. *Adolescence*, 11, 535 -539.
- King, K., Balswick, J. O., & Robinson, L. E. (1976). The continuing premarital sexual revolution among college females. *Journal of Marriage and the Family*, 28, 455-459.
- Kinsey, A. C., Pomerey, W. B., & Martin, C. E. (1948). *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia, PA: Saunders.
- Laner, M. R., Laner, R. H., & Palmen, C. E. (1978). Permissive attitudes toward sexual behavior. A clarification of theoretical explanations. *The Journal of Sex Research*, 14, 134-144.
- Leary, M. R., & Dobbins, S. E. (1983). Social anxiety, sexual behavior, and contraceptive use. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 1345 – 1354.

- Le Gall, A., Mullet, E., Shafiqhi, S. R. (2002). Age, Religious Beliefs, and Sexual Attitudes. *The Journal of Sex Research*, 39, 209-216.
- Levine, S. (1998). *Sexuality in mid-life*. New York, NY: Plenum.
- Libby, R. W., Gray, L., & White, M. (1978). A test and reformulation of reference group and role correlates of premarital sexual permissiveness theory. *Journal of Marriage and the Family*, 40, 79-92.
- Luckey, E. B., & Nass, G. D. (1969). A comparison of sexual attitudes and behavior in an international sample. *Journal of Marriage and the Family*, 31, 364-379.
- MacCorquodale, P., & DeLamater, J. (1979). Self-image and premarital sexuality. *Journal of Marriage and the Family*, 41, 327-339.
- Mahoney, E. R. (1978). Age differences in attitude change toward premarital coitus. *Archives of Sexual Behavior*, 7, 439-501.
- Mahoney E. R. (1980). Religiosity and sexual behavior among heterosexual college students. *The Journal of Sex Research*, 16, 97-113.
- Martin, J., & Westbrook, M. (1973). Religion and sex in a university sample: Data bearing on Mol's hypothesis. *Australian Journal of Psychology*, 25, 71-79.
- McIntosh, D. (1981). Sexual attitudes in a group of older women. *Issues in Mental Health*, 31, 109-122.
- Medora, N., & Woodwars, J.C. (1982). Premarital sexual opinion of undergraduate students at a mid-western university. *Adolescence*, 17, 213-224.
- Mercer, G. W., & Kohn, P. M. (1979). Gender differences in the integration of conservatism, sex urge, and sexual behavior among college students. *The Journal of Sex Research*, 15, 129-142.
- Mosher, D. L. (1979). Sex guilt and sex myths in college men and women. *The Journal of Sex Research*, 15, 224-234.
- O'Grady, K. E., Janda, L. H., & Gillen, H. B. (1979). A multidimensional scaling analysis of sex guilt. *Multivariate Behavioral Research*, 14, 415-434.
- Oliver, M. B., & Hyde, J. S. (1993). Gender differences in sexuality: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 29-51.
- Oliver, M. B., & Sedikides, C., (1992). Effects of sexual permissiveness on desirability of partner as a function of low and high commitment to relationship. *Social Psychology Quarterly*, 55, 321-333.

- Peplau, L. A., Rubin, L., & Hill, C.T. (1977). Sexual intimacy in dating relationship. *Journal of Social Issues*, 33(2), 86-109.
- Perlman, D. (1974). Self-esteem and sexual permissiveness. *Journal of Marriage and the Family*, 39, 470-473.
- Perlman, D., Josephson, W., Hwang, W. T., Begum, H., & Thomas, T. L. (1978). Cross-cultural analysis of students sexual standard. *Archives of Sexual Behavior*, 7, 545-558.
- Portovna, M., Young, E., & Newman, M. A. (1984). Elderly women's attitudes toward sexual activity among their peers. *Health Care for Woman International*, 5, 289-298.
- Reiss, I. L. (1964). The scaling of premarital sexual permissiveness. *Journal of Marriage and the Family*, 26, 188-198.
- Reiss, I. L. (1967). *The social context of premarital sexual permissiveness*. New York, NY: Holt, Rinehart and Winston.
- Reiss, I. L. (1982). Trouble in paradise: The current status of sexual science. *The Journal of Sex Research*, 18, 97-13.
- Reiss, I. L. (1986). A sociological journey into sexuality. *Journal of Marriage and the Family*, 48, 233-242.
- Robinson, I. E., & Jedlicka, D. (1982). Change in sexual attitudes and behavior of college students from 1965 to 1980: A research note. *Journal of Marriage and the Family*, 44, 237-240.
- Roper, B. S. & Labeff, E. (1977). Sex roles and feminism revisited: An intergenerational attitude comparison. *Journal of Marriage and the Family*, 39, 113-119.
- Schiavi, R. C., Derogatis, L. R., Kuriansky, J., O'Connor, D., & Sharpe, L. (1979). The assessment of sexual function and marital interaction. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 5, 169-224.
- Singh, B. K. (1980). Trends in attitude toward premarital sexual relations. *Journal of Marriage and the Family*, 42, 387-393.
- Sprecher, S., & Mckinney, K. (1993). *Sexuality*. Newbury Park. CA: Sage.
- Steinke, E. E. (1994). Knowledge and attitudes of older adults about sexuality and aging: A comparison of two studies. *Journal of Advanced Nursing*, 19, 477-485.
- Walker, B. L., & Ephross, P. H. (1999). Knowledge and attitudes toward sexuality of a group of elderly. *Journal of Gerontological Social Work*, 31, 85-107.

Walsh, R. H., Ferrell, M. L., & Tolone, W. L. (1979). Selection of reference group, perceived reference group permissiveness, and personal permissiveness attitudes and behavior. *Journal of Marriage and the Family*, 38, 495-507.

White, L. A., Fisher, W. A., Byrne, D., & Kingma, R. (1977). *Development and validation of a measure of affective orientation to erotica: The sexual opinion survey*. Chicago: The Mid-western Psychological Association.

Capítulo III

Abramson, P. R., & Imai-Marquez, J. (1982). The Japanese-American: A cross-cultural, cross-sectional study on sex guilt. *Journal of Research in Personality*, 16, 227-237.

Hendrick, S., & Hendrick, C. (1987). Multidimensionality of sexual attitudes. *Journal of Sex Research*, 23, 502-526.

Hetsroni, A. (2002). Differences between Jewish-Israeli and Arab-Israeli college students in attitudes toward date selection and sex relations: A research note. *Personal Relationships*, 9, 507-517.

Kaufman, G., Poston, D. L., Dudley, L., Jr, Hirschl, T. A., & Stycos, J. M. (1996). Teenage sexual attitudes in China. *Social Biology*, 43, 141-154.

Le Gall, A., Mullet, E., & Rivière-Shafiqhi, S. (2002). Age, religious beliefs, and sexual attitudes. *Journal of Sex Research*, 39, 207-216.

Leiblum, S., Wiegel, M., & Brickle, F. (2003). Sexual attitudes of US and Canadian medical students: The role of ethnicity, gender, religion and acculturation. *Sexual and Relationship Therapy*, 18, 473-491.

Lottes, I. L., Weinberg, M. & Weller, I. (1993). Reactions to pornography on a college campus: For or against? *Sex-Roles*, 29, 69-89.

Marin, B., & Marin, G. (1992). Predictors of condom accessibility among Hispanics in San Francisco. *American Journal of Public Health*, 82, 592-595.

Meston, C. M., Trapnell, P. D., & Gorzalka, B. B. (1996). Ethnic and gender differences in sexuality: Variations in sexual behavior between Asian and Non-Asian university students. *Archives of Sexual Behavior*, 25, 33-72.

- Meston, C. M., Trapnell, P. D., & Gorzalka, B. B. (1998). Ethnic, gender, and length-of-residency influences on sexual knowledge and attitudes. *Journal of Sex Research, 35*, 176-188.
- Ng, M. L., & Lau, M. P. (1990). Sexual attitudes in the Chinese. *Archives of Sexual Behavior, 19*, 373-388.
- Okazaki, S. (2002). Influence of culture on Asian-Americans' sexuality. *Journal of Sex Research, 39*, 34-41.
- Sachdev, P. (1998). Sex on campus: A preliminary study of knowledge, attitudes and behaviour of university students in Delhi, India. *Journal of Biosocial Science, 30*, 95-105.
- Tikoo, M. (1996). Sexual attitudes and behaviors of school students (grades 6-12) in India. *Journal of Sex Research, 34*, 77-84.
- Vera Cruz, G., Vinsonneau, G., Le Gall, S., Riviere, S., & Mullet (2010). Sexual permissiveness : A Mozambique-France comparison. *Journal of Applied Social Psychology, 40*(10), 2488-2499.
- Weinberg, M. S., Lottes, I. L., & Shaver, F. M. (1995). Swedish or American heterosexual college youth: Who is more permissive? *Archives of Sexual Research, 24*, 409-437.
- Weinberg, M. S., Lottes, I., & Shaver, F. M. (2000). Sociocultural correlate of permissive sexual attitudes: A test of Reiss's hypotheses about Sweden and the United States. *Journal of Sex Research, 37*, 44-52.

Capítulo IV

- Vera Cruz, G. (2007). *Les attitudes sexuelles des Mozambicains. Comparaison avec les attitudes des Français*. Lille, France: Presse Universitaire de France.
- Vera Cruz, G., Vinsonneau, G., Le Gall, S., Riviere, S., & Mullet (2010). Sexual permissiveness : A Mozambique-France comparison. *Journal of Applied Social Psychology, 40*(10), 2488-2499. doi: [10.1111/j.1559-1816.2010.00667](https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2010.00667)
- Vera Cruz, G., & Mullet, E. (2011). Sexual responsibility among Mozambican adults. *Journal of Psychology in Africa, 21*(3), 505-508. doi: [10.1080/14330237.2011.10820490](https://doi.org/10.1080/14330237.2011.10820490)

- Vera Cruz, G. (2013). The effect of sex knowledge, parent-child attachment, and family characteristics on intimate relationship satisfaction of Mozambican students. *Sexuality & Culture*, 15(4), 234-242. doi: [10.1007/s12119-013-9170-9](https://doi.org/10.1007/s12119-013-9170-9)
- Vera Cruz, G., & Mullet, E. (2012). Sexual attitudes among Mozambican adults. *International Journal of Psychology and Counselling*, 4(6), 73-80. doi: [10.5897/IJPC12.002](https://doi.org/10.5897/IJPC12.002)
- Vera Cruz, G., & Mullet, E. (2014). The practice of puxa-puxa among Mozambican women: A sistematic inventory of motives. *Journal of Sex Research*, 51(8), 852-862. doi: 10.1080/00224499.2013.795925.
- Vera Cruz, G., & Mause, L. (2014). Multiple and concurrent sexual partnerships among Mozambican women from high socio-economic status and with high education degrees: Involvement motives. *Psychology*, 5(10), 1260-1267. doi: [10.4236/psych.2014.510138](https://doi.org/10.4236/psych.2014.510138)
- Vera Cruz, G., Domingos, L., Sabune, A. (2014). The characteristics of the violence against women in Mozambique. *Health*, 6, 1589-1601. doi: [10.4236/health.2014.613192](https://doi.org/10.4236/health.2014.613192)
- Vera Cruz, G. (2015c). Systematic review of studies measuring the impact of educational programs against homophobia, transphobia and queerophobia in secondary schools of North America, Western Europe and Australia. *Psychology*, 6(14), 1879-1887. doi: [10.4236/psych.2015.614185](https://doi.org/10.4236/psych.2015.614185)
- Vera Cruz, G. (2017). Love in cross-cultural perspective: Mozambique-France Comparison. *Journal of Psychology in Africa*, 27(4), 120-125. doi: [10.1080/14330237.2017.1347754](https://doi.org/10.1080/14330237.2017.1347754)
- Vera Cruz, G. (2018). Men's sexual sadism towards women in Mozambique: Influence of pornography? *Current Psychology*. doi: [10.1007/s12144-018-9794-x](https://doi.org/10.1007/s12144-018-9794-x)
- Vera Cruz, G. (2018). Comparing Mozambican and French people's conceptualization of romantic love. *Universitas Psychologica: Pan American Journal of Psychology*. In Press.
- Vera Cruz, G. (2018). Would Mozambican Women Really "Tolerate" their Husbands' Extramarital Sexual Relationships as Socially Recommended? *Sexuality & Culture*. doi: [10.1007/s12119-018-9520-8](https://doi.org/10.1007/s12119-018-9520-8)

**More
Books!** 



yes
I want morebooks!

Buy your books fast and straightforward online - at one of the world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at
www.get-morebooks.com

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em
www.morebooks.es

SIA OmniScriptum Publishing
Brīvības gatve 1 97
LV-103 9 Rīga, Latvia
Telefax: +371 68620455

info@omniscrptum.com
www.omniscrptum.com

OMNI Scriptum



